

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

CAIO CÉSAR COSTA SANTOS

BONS TEMPOS AQUELES:
implicações na expansão do campo dêitico

São Cristóvão/SE

2014

CAIO CÉSAR COSTA SANTOS

BONS TEMPOS AQUELES:
implicações na expansão do campo dêitico

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, na Linha de Pesquisa Teoria do Texto, como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras, sob a orientação da Prof.^a Dra.^a Geralda de Oliveira Santos Lima.

São Cristóvão/SE

2014

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237b Santos, Caio César Costa
Bons tempos aqueles: implicações na expansão do campo dêitico /
Caio César Costa Santos; orientadora Geralda de Oliveira Santos Lima. –
São Cristóvão, 2014.
100 f.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de
Sergipe, 2014.

1. Linguística – Dêixis. 2. Língua Portuguesa - Dêixis. 3. Memória.
I. Lima, Geralda de Oliveira Santos, orient. II. Título.

CDU 81'1

TERMO DE APROVAÇÃO

CAIO CÉSAR COSTA SANTOS

BONS TEMPOS AQUELES: implicações na expansão do campo dêitico

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Sergipe, na Linha de Pesquisa Teoria do Texto, como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Geralda de Oliveira Santos Lima.

BANCA EXAMINADORA:

Geralda de Oliveira Santos Lima (Presidente)
Doutora em Linguística, Universidade Estadual de Campinas.
Universidade Federal de Sergipe

Mônica Magalhães Cavalcante (1º Examinadora)
Doutora em Linguística, Universidade Federal de Pernambuco.
Universidade Federal do Ceará

Lêda Pires Corrêa (2º Examinadora)
Doutora em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Universidade Federal de Sergipe

Coordenadora do PPGL:
Prof.^a Dr.^a Maria Leônia Garcia Costa Carvalho

São Cristóvão, 08 de maio de 2014.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmão, sobretudo, a minha mãe Eliana Costa e a minha avó Jandira Motta, por me fazerem revelar os nortes que devo seguir. Obrigado pela educação, pela casa, pelo pão, pelo amor materno insaciável, pelas marcas deixadas em mim, pela minha vida, pelo meu entorno, por minha memória semântica e episódica.
Até pela minha subjetividade...

À Prof^a. Dr^a Geralda Lima, pelo incentivo à graduação, pesquisa e extensão, pela experiência compartilhada na Universidade e cristalizada na minha memória. A minha memória sobre você revela apenas aquelas imagens-presentes de seu sorriso ancorado em seu imenso coração.

O que caracteriza as séries de designações como ordem intersubjetiva, como se vê, é que uma translocação espacial e temporal torna-se necessária para objetivar os signos tais como ‘este’, ‘eu’, ‘agora’, que têm a cada vez um referente único na instância de discurso e somente ele. Esta transferência faz aparecer a diferença de planos entre os quais deslizam as mesmas formas linguísticas (BENVENISTE, 1989, p. 79).

AGRADECIMENTOS

A forma de agradecer não deixa de ser o ato universal, porque somos uns nos outros e porque desconhecemos a ascendência de um nobre mortal sobre o outro e sobre outros.

Agradeço a Deus, entidade maior, por me fazer revelar as relações espaço-temporais com que devo me deparar e partilhar. Obrigado por fazer estender o diâmetro de minha coordenada perceptiva, a fim de evitar o encontro de pensamentos negativos.

Agradeço, especialmente, aos meus pais, Eliana Maria Costa Santos e José Aderbal Borges Santos pelos espaços de reflexão aos quais tanto me convidam. Obrigado por me moldarem constantemente, por me direcionarem para o meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço ao meu irmão Manoel Neto, pela amizade, pelo amor, pelo gesto de atenção, pelo refúgio, por me reconhecer. Obrigado, meu futuro fisioterapeuta!

Agradeço também a minha avó Jandira da Motta, por me revelar cenários tão simples e humildes de gratidão, de ternura e solidariedade. Obrigado apenas por me querer bem.

Agradeço à Geralda Lima, professora-orientadora exemplar, lição para vida, referente presente; sou grato pelo molde que sou hoje. Obrigado pelas experiências, pelo olhar de atenção e de respeito, de zelo e maturidade.

Agradeço às professoras que compõem a banca examinadora: Mônica Cavalcante e Lêda Corrêa. Obrigado pelo carinho e reconhecimento, pela humildade e simplicidade com que me avaliam. Tenho vocês como referências discretas e por serem muito competentes, porque tudo que é demais saliente na Academia tende a cair em olhos grandes, obrigado por serem vocês.

Agradeço também ao professor Justino Lima, pela revisão textual criteriosa e muito atenciosa. Obrigado por partilhar de seu relevante conhecimento e experiência acadêmica. Vivemos por experiência!

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio e incentivo à pesquisa, como também pela bolsa de estudo concedida na vigência de dezembro/2013 a fevereiro/2014.

Agradeço aos membros que compõem o PPGL (Programa de Pós-Graduação em Letras), aos amigos-mestrandos com que compartilhamos muitas experiências acadêmicas, profissionais e sociais. Obrigado pelos encontros, pelas relevantes discussões nas disciplinas ofertadas, pela competência dos professores e pelo respeito e dedicação prestados.

RESUMO

A presente dissertação revela as implicações dos índices de subjetividade das expressões dêíticas e a translocação dessas mesmas formas linguísticas no plano da memória. A hipótese central é a de que o campo dêítico é expandido por meio da coemergência de pensamentos indiciais cristalizados (na memória) via expressões referenciais, como a aderência, quase unânime, pelos sintagmas nominais demonstrativos. A partir dessa hipótese, torna-se necessária a ampliação do conceito de campo dêítico, já que a concepção dêítica recente não tem esboçado ainda esse objetivo. Benveniste já havia pressuposto processos para esse problema: a translocação espaço-temporal e a diferença de planos nos estudos enunciativos. Tomamos como base essa descrição, a fim de enquadrar o problema aqui investigado: (a) se o campo dêítico da memória possivelmente é o próprio “eu-aqui-agora”, como definir e caracterizar a tipicidade de referente?; (b) como explicar o fenômeno de expansão do campo dêítico de coordenadas perceptuais em lembranças-imagens no interior do próprio “eu-aqui-agora” via emprego de determinantes demonstrativos?; (c) de que forma as marcações e expansões dos dêíticos de memória (estruturados em pronomes demonstrativos) são reveladas na dinâmica textual e com que funções referenciais? As observações finais apontam para o fato de que a escolha preferencial pelos índices de demonstração está em acordo com diferentes condicionamentos das operações dêíticas, inclusive as de memória, que não partilham das mesmas experiências do campo mostrativo situacional. Ao contrário, as de memória ancoram em um tratamento referencial circunscrito na motivação contextual de que o campo dêítico se apropria.

Palavras-chave: Dêixis de memória. Campo dêítico. Referentes. Demonstrativos.

ABSTRACT

This dissertation reveals the implications of indices subjectivity of deictic expressions and translocation of these same linguistic forms in terms of memory. The central hypothesis is that deictic field is expanded through coemergency crystallized indexical thoughts (in memory) via referential expressions, such as *grip*, almost unanimously, by demonstrative noun phrases. From this hypothesis, it is necessary the extension of the concept of deictic field as recent deictic conception has not yet outlined this objective. Benveniste had already presupposed processes for this problem: a spatio-temporal translocation and of plans difference in enunciative studies. We based this description in order to frame the problem investigated here: (a) if the deictic field of memory is possibly the "I - here - now", how to define and characterize this typicality of referent;? (b) how to explain this phenomenon of expansion of the deictic field of perceptual coordinates in memories-images inside their own "I- here - now" via demonstratives determinants of employment ; (c) how the tags and expansions of deictic memory (structured demonstrative pronouns) are revealed in the textual dynamics and how referential and discursive functions? The concluding observations point to the fact that the preferred choice by the indices demonstration is in accordance with different conditionings of deictic operations, including memory that do not share the same experiences of situational demonstrative field. In contrast, memory anchored in a reference treatment limited in contextual motivation that appropriates the deictic field.

Keywords: Memory Deixis. Deictic field. Referents. Demonstratives.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 Lembrança pura, lembranças-imagens e percepção.....	42
GRÁFICO 02 Cone invertido <i>SAB</i>	45
GRÁFICO 03 <i>Zeitbewusstsein</i>	50
GRÁFICO 04 Modelo indicial para o pensamento.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 INCURSÕES NO CAMPO DE ESTUDO DA DÊIXIS: perspectivas e problemas	17
2.1 Dêixis: alguns conflitos epistemológicos	17
2.2 Dêixis: contornos conceituais.....	21
3 MEMÓRIA: passado-presente.....	40
3.1 Quando corpos são memórias: relações espaço-temporais em Deleuze e Merleau-Ponty	40
3.2 Memórias episódicas: organicidade e função.....	52
DÊITICOS DE MEMÓRIA: âncoras da memória demonstrativa	57
4.1 Dêixis e memória: parâmetros de referência	57
4.2 Marcações e expansões dos dêiticos memoriais	68
5 CONCLUSÃO.....	90
REFERÊNCIAS	95

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação revela as implicações dos índices de subjetividade das expressões dêiticas e a translocação dessas mesmas formas linguísticas no plano da memória. Esse estudo está circunscrito mais a hipóteses ou proposições. Essa condição nos permite enquadrar o problema da Dêixis de Memória (doravante DM). Na literatura, tal fenômeno referencial demanda a formulação de lacunas as quais não foram ainda detidamente preenchidas e interpretadas. Logo, as linhas que sucedem esse trabalho alertam sobre a emergência de um campo de pesquisa na área de estudos linguísticos cujo desafio central opera na conceituação e aplicabilidade da indicialidade no plano da memória.

Se Benveniste (1989, p.79) supôs uma “translocação espaço-temporal da enunciação” em um de seus últimos artigos sobre a “linguagem e a experiência humana”, pensamos que essa concepção admite uma abertura de provocações em torno da DM, cuja consideração do campo dêitico em “eu-aqui-agora”, enquanto presente imediato, permite uma “simultaneidade dêitica” não vista ou esboçada no estatuto da enunciação. De início, pressupomos que o próprio “eu-aqui-agora” condensa simultaneamente eventos locais, em andamento e projetados. Com base nessa “translocação”, os índices de deiticidade necessitam ser questionados não mais como enfoque cronológico dos eventos, mas como dissipação do próprio presente da enunciação (lê-se “campo dêitico”). Frequentemente, os corpos são revelados na continuidade dos episódios, as memórias não.

Essa afirmação leva-nos a supor que a progressão referencial também é comprometida, por isso os corpos podem ser memórias dissolvidas pelo fato de a linguagem disfarçar o pensamento. Assim sendo, supomos que o sujeito consciente, por uma abordagem enunciativa, toma seu corpo como parte da linguagem (corporificação) e do pensamento (representação). Essa atitude suscita a hipótese geral deste trabalho de que o campo dêitico se expande para abrigar as coordenadas perceptuais do pensamento ou da memória indicial. Nessa condição, a interpretação da dêixis de memória só é possível graças à existência de um “eu-aqui-agora”.

O nível local, progressivo e projetado de orientação e monitoramento no campo dêitico da memória sofre coocorrências nesse próprio “campo”. Isso acontece devido à

ampliação da instância da imagem-presente. Explicaremos esse fenômeno por meio de contribuições filosóficas de Deleuze (2007) e fenomenológicas de Merleau-Ponty (2011). Defendemos que a percepção do campo dêitico não comporta apenas o contato espacial com o objeto-referente presente, pois as próprias incursões dêiticas estão impregnadas de lembranças-imagens que fundam, durante a progressão referencial, uma espécie de percepção coalescente. Desse modo, os índices de deiticidade no plano da memória tomam forma através de lembranças-imagens extraídas da lembrança pura e cristalizadas em imagens-presentes. Esse apelo dual do corpo e da memória e as possíveis nuances nas relações espaço-temporais serão contestadas aqui.

Os índices de deiticidade delineados no estatuto enunciativo de Benveniste (1989) necessitam incorporar essa hipótese de “translocação espaço-temporal” para dar conta das ocorrências referenciais e textuais dos dêiticos de memória. As noções de “campo” e “dêixis” precisam ser recharacterizadas para atingir as remissões con(textuais) dessa tipicidade de referente. Até as descrições do “campo demonstrativo” (*Zeigfield*) propostas por Bühler (1967) não esclarecem ou não dão conta devidamente dessa suposta expansão do campo dêitico. A condição, portanto, dessa expansão recai justamente no problema de conceber, como estatuto enunciativo, a emergência dual: linguagem e pensamento. Certamente, uma posição demasiado fragmentária e estreita da dêixis tende a não colaborar para o revestimento de uma nova acepção de acordo com a sua aplicabilidade. Por isso, não é vantajoso utilizar a referência aos dados imediatos da situação de fala como traços definidos do fenômeno dêitico porque o diâmetro espaço-temporal é muito amplo (essa “situação” comporta as remissões da memória demonstrativa cristalizadas na dimensão aqui-agora). Essa relatividade impõe a especulação de um novo entorno conceitual-metodológico à teoria indicial (no plano da memória).

As abordagens da Linguística de Texto (doravante LT) sobre esse condicionamento dêitico serão discutidas aqui. Contudo, precisou-se de evidências empíricas sobre o processo de segmentação textual-discursivo no interior desse olhar extensional do corpo e do pensamento. Para essa finalidade, delineamos como *corpus* para análise e problematização – os episódios ou “memórias episódicas” (TULVING, 1983) na obra *Luvas Brancas* (KOTRE, 1997). Essa escolha foi motivada, sobretudo, pela própria natureza desse paradigma textualizante de caráter eminentemente subjetivo

que condiz com o lado egocêntrico da dêixis. Além disso, pressupomos que muitas das características desse modelo textual se definem não necessariamente em termos de propriedades verbais do texto, mas em termos sensivelmente contextuais.

Nas análises deste estudo, o caso especial é dos Sintagmas Nominais Demonstrativos (doravante SND), que têm uma realização linguística que proporciona a ampliação do próprio campo dêitico de coordenadas. Essas categorias referenciais estão “ali”, prontas para serem distendidas e ampliadas a graus diversos, conforme a progressão temática ou referencial. Veremos que a incidência de uso desses SND é monitorada de acordo com micro e macro representações de episódios, incluindo os objetos-referentes da situação projetada. Observaremos também que os modos de remissão e retenção podem comportar funções híbridas por desempenhar progressões referenciais semelhantes a outros domínios referenciais (introdutores referenciais, anáforas indiretas, recategorizadores não-lineares, etc.). Contudo, a funcionalidade desses determinantes demonstrativos não apenas retém a porção anterior, mas traz consigo um “novo” ambiente discursivo à cena de enunciação para o interlocutor (o que posteriormente poderíamos denominar de “imagens-referentes”).

Esse fenômeno pode suscitar no leitor a sensação de que o emprego desses SND não se relaciona tematicamente com a porção anterior que rompe a linearidade. Mas, isso é apenas uma impressão. À medida que o processamento de uma informação contida em um objeto-referente é focalizado no campo demonstrativo memorial, costuma ocorrer a (re)ativação de macrorrepresentações imediatamente. Se a hipótese é de que o campo dêitico se expande, é porque algum segmento linguístico (cadeias referenciais) é externamente focalizado quando nenhum centro dêitico ou de perspectiva explícito é dado, mas se deixa ao leitor a tarefa de inferir que o ambiente demonstrativo é percebido a partir de um ponto de vista específico.

À luz dessas proposições, levantamos algumas questões norteadoras: (i) Se o campo dêitico da memória possivelmente é o próprio “eu-aqui-agora”, como definir e caracterizar a tipicidade de referente? (ii) Como explicar a expansão do campo dêitico de coordenadas perceptuais em lembranças-imagens no interior do próprio “eu-aqui-agora” via emprego de determinantes demonstrativos? (iii) De que forma as marcações e expansões dos DM são reveladas na dinâmica textual e com que funções textuais e referenciais? Admitimos que o dêitico de memória, além de condensar, ao mesmo

tempo, tanto a situação atual local instanciada, como a situação projetada, aponta para outras dimensões discursivas.

O capítulo 2 conduz o leitor a perceber os conflitos epistemológicos entre a dêixis e as ciências que contemplam a linguagem enquanto fenômeno artificial (sintaxe e semântica) e natural (pragmática). As reflexões expostas aqui são para descrever o “campo” de abrangência com que se configuram as expressões dêiticas e a forma com que devem ser tratadas a partir dos índices impregnados no homem, das marcas actanciais firmadas na estrutura da língua como relações espaço-temporais. O legado da dêixis é configurado desde a estruturação e condicionamento do “campo dêítico” e suas coordenadas, a partir de Bühler (1967), até o surgimento do estatuto da enunciação, tão caro a Benveniste (1989), denominado de “índices de subjetividade”. Na ótica desse linguista, a condição da temporalidade inata ao pensamento também é contestada a partir da afirmação de que se presencia uma “translocação espaço-temporal” no próprio “eu-aqui-agora”, como também uma possível “diferença de planos”. Esses dois fatos culminam na reflexão de que os dêíticos de memória funcionam como categorias mais ou menos estáveis, cujas remissões não se movem de forma regular ao final de um segmento ou parâmetro referencial (temporal).

O capítulo 3 é esboçado segundo as reflexões sobre o estatuto da temporalidade em Deleuze (2007) e Merleau-Ponty (2011). O questionamento do tempo linguístico descrito por Benveniste (1989) surge aqui a partir do conceito de “diferença” e não de finitude, linearidade ou cronologia de segmentos linguísticos. Não é somente o tempo como sucessão de signos dêíticos, mas a temporalidade concebida no interior de uma “simultaneidade dêítica”. É possível que as “pontas” do presente linguístico sejam deslizantes e intercambiáveis e que resultem em índices de coemergência no fluxo espaço-temporal. Essa é a formação do fenômeno da dêixis de memória. Afirmamos que cada plano de coordenadas dêiticas numa “situação prévia” é em si a totalidade da lembrança pura em condição contraída; essa imagem-presente é descrita como a expansão do “eu-aqui-agora”.

No capítulo 4, essa “expansão” é evidenciada como força de dispersão dos próprios elementos dêíticos, em especial, a emergência dos sintagmas nominais demonstrativos. As incursões desses demonstrativos atingem um campo oscilável de coordenadas projetadas para o ambiente textual, mas ancoradas em um suposto “campo

demonstrativo da memória”, influenciado pelos pontos de vista do locutor. Essa afirmação conduz o percurso de nossa investigação para o fato de que a escolha preferencial pelos determinantes demonstrativos está de acordo com diferentes condicionamentos das operações dêiticas, inclusive as de memória, que não partilham das mesmas experiências do campo mostrativo situacional. Ao contrário, as de memória ancoram em um tratamento referencial circunscrito à motivação contextual do campo dêítico.

2 INCURSÕES NO CAMPO DE ESTUDO DA DÊIXIS: perspectivas e problemas

Neste capítulo, o estudo sobre a dêixis advém de algumas abordagens teóricas disseminadas pela inclusão de referências renomadas no campo da Semiótica, da Semântica, da Pragmática e da Filosofia. As incursões são delimitadas conforme a necessidade de inserção de algumas conceituações que contemplam as características da dêixis, desde a concepção clássica de orientação entre corpos, herdada da Grécia Antiga, ao monitoramento simultâneo de corpos através de pensamentos indiciais cristalizados na memória demonstrativa.

2.1 Dêixis: alguns conflitos epistemológicos

O que me fez remontar à consideração objetiva da linguagem entre os antigos foi a evidência da necessidade de complemento da subjetividade - amada e elogiada pelos modernos; [...] A consideração objetiva da linguagem não permite tachar nenhuma atitude deste conhecimento: tripla é a função da linguagem humana: manifestação, repercussão e representação (BUHLER, 1967, p. 31-32)¹.

A partir dessa citação, entendemos que a linguagem se configura e se constitui pela percepção das coisas, dos seres e dos lugares. Ela é experiência, condição inevitavelmente humana. Porém, o reconhecimento dessa entidade maior só é transparente pela condição de tomar a língua no sentido *stricto sensu*. Saussure (1975) precisou incorporar em seus estudos essa condição e atingir um grau de responsabilidade para transformar a Linguística em uma ciência. O ato preponderante foi o de propor parâmetros de análise a partir das conhecidas dicotomias saussurianas. Nesse enquadre, a cientificidade abraça a objetividade dos objetos e métodos, enquanto que a subjetividade é orientada apenas como recurso à elucidação e/ou descrição dos fenômenos. A complexidade dessas indagações eleva-se consideravelmente, quando é introduzida, nessa condição epistemológica, a pragmática, uma vez que se concordou em considerar que a dêixis está mais para a pragmática do que para a semântica e a sintaxe. É fato que os níveis de automaticidade e formalidade destas duas últimas

¹ Lo que me hizo remontarme a la consideración objetiva Del lenguaje entre los antiguos fue la evidencia de la necesidad de complemento de la subjetividad – querida y durante algún tiempo alabada; [...] La consideración objetiva del lenguaje lo exige y no permite tachar ni una tilde de este conocimiento: triple es la función del lenguaje humano: manifestación, repercusión y representación.

contribuem maciçamente para a cientificidade de ambas, mas a pragmática abarca as intencionalidades do enunciador, condição *sine qua non* para a irrepetibilidade do enunciado. Rajagopalan (2002) é objetivo ao descrever as circunstâncias desse desafio:

É preciso que se diga, antes de qualquer coisa que, a despeito de todos os desmentidos e afirmações em contrário, muitos pragmaticistas ainda se sentem, eles próprios, um tanto acuados e tomados por uma espécie de 'complexo de inferioridade' quando alguém levanta a questão da cientificidade do seu empreendimento (RAJAGOPALAN, 2002, p. 89).

Ciência ou não, o estudo da pragmática está cada vez mais próximo de se integrar numa luta social. Seu objetivo congrega especialmente a própria condição humana, muito embora se constate a defesa de uma teoria geral da cognição em forma de manifestação cultural (TOMASELLO, 2008). Sobram os motivos pelos quais a pragmática escapa às contestações puramente descritivas. Basta considerar a relevância do contexto (DASCAL, 2006, FILLMORE, 1971). É sabido que a dêixis está para a linguagem natural, enquanto que outras ciências estão para valores de verdade e se disseminam numa linguagem artificial. O problema reside, portanto, nesse critério de partição entre o objeto vivido (viés pragmático) e outros concebidos artificialmente (viés sintático-semântico).

As abordagens filosóficas de Frege (2009), em seu artigo *Sobre o Sentido e a Referência*, são a prova de que a referência dêítica é inconcebível em um estatuto meramente semântico no qual impera a literalidade do significado e no qual o referente é uma condição de verdade do mundo. É por esse e outros motivos que a caracterização da pragmática como material residual ainda se faz presente nas descrições de diversos críticos, além de ser encarada como mera perspectiva teórica, desprovida de um estatuto científico autêntico. Segundo Bar-Hillel (1982), esse modelo residual é proveniente da exclusão de Frege (2009) das sentenças desprovidas de valor de verdade. Há, ainda, a tentativa de alguns linguistas de extrair a cereja do bolo: como se a pragmática se desprendesse da estrutura da língua. A esse respeito, Levinson (2007) afirma que:

Não se deve, porém, considerar isto como uma indicação de que a pragmática é uma mixórdia, interessada em aspectos inteiramente disparatados e não relacionados da língua; pelo contrário, os pragmaticistas estão especificamente interessados na inter-relação da estrutura linguística e dos princípios de uso linguístico (LEVINSON, 2007, p.10).

As indagações introdutórias deste trabalho constituem o pano de fundo de nossa investigação, o que nos conduz da epistemologia propriamente dita à Filosofia da

Linguagem. Essa transição é muito significativa. Lahud (1979) nos estabelece o seguinte critério de análise:

O campo de aplicação legítima da filosofia da linguagem vai, para nós, muito além da análise de uma “língua bem feita” como base de intervenção possível sobre o nível conceitual estritamente científico. Uma tal análise pode, perfeitamente, ser o objeto de uma parte da filosofia da linguagem que estaria, assim, ao serviço de uma epistemologia; mas além desse limite, todo um campo epistêmico se apresenta à análise, a qual deve, então, considerá-lo na sua especificidade. E este é o lugar próprio da filosofia da linguagem, não mais subordinada a uma epistemologia, na qual se inscreve nossa proposição de base (LAHUD, 1979, p. 21).

Nessa reflexão do autor, entra em conflito a passagem entre o percebido e o objetivado. O primeiro encarna uma organização simultânea e experiencial, enquanto que o segundo é proveniente de um trabalho meticulosamente elaborado e fechado em si mesmo. O estudo da dêixis assemelha-se a uma condição cíclica, isto é, origina-se na e retorna para a Filosofia da Linguagem. Embora o estudo de qualquer objeto seja herdado de veias filosóficas, a indicialidade tem aí seu lugar especial, porque trabalha com os vestígios ou marcas impregnadas no homem: origem e centro dêitico. Tem-se, assim, como fonte, os índices para algum modo de organização da experiência subjetiva.

Sendo assim, esse tipo de fenômeno não necessariamente precisa estar sujeito a comprovações experimentais ou empíricas, e essa visão é coerente com a pragmática – o pesquisador nessa área não tem a obrigação de defender o rigor científico de suas observações, o que acontece com as abordagens do condicionamento dêitico. Deixemos essa tarefa para os logicistas (matemáticos e engenheiros) que, frequentemente, “elaboram, por motivos específicos, sistemas de notação que, legítima ou ilegitimamente chamados de linguagens, são artificiais e não naturais” (LYONS, 1982, p. 16).

O substrato da linguagem é a pragmática, dessa forma, jamais esta poderia ser considerada um material residual por muitos semanticistas e estudiosos de áreas afins. Qualquer conhecimento que diz respeito à essência da linguagem natural nunca poderá ser considerado periférico (LANGACKER, 1972, p. 13). Se for hábito dos linguistas a definição pouco elucidativa da Linguística enquanto “estudo da linguagem humana” não são justas as críticas ofensivas à presença do fenômeno (práxis).

Realmente, a sintaxe e a semântica são correntes teóricas “seguras” pela condição de um estatuto sistêmico e imanente da língua – uma espécie de conjunto de regras composicionais (arranjo sintagmático) institucionalizadas a partir da cristalização de determinados valores de verdade, por isso, a aproximação com o rigor científico. Mas, a pragmática não é menos importante. Quanto maior o conhecimento pragmático, maior a probabilidade de adequada interpretação. Charles Morris (1976) e Charles Peirce (1977) encarregaram-se de identificar e classificar a teoria geral dos signos (semiologia), difundida anteriormente por Saussure, logo depois, reelaborada por Carnap (1938, *apud* Levinson, 2007):

Se, numa investigação, faz-se referência explícita ao falante ou, para dizê-lo em termos gerais, ao usuário da linguagem, então, consignamo-la [a investigação] ao campo da pragmática... Se abstraímos o usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e seus *designata*, estamos no campo da semântica. E, finalmente, se abstraímos também os *designata* e analisamos apenas as relações entre as expressões, estamos no campo da sintaxe (lógica) (CARNAP, *apud* LEVINSON, 2007, p. 3).

Segundo Levinson (2007), essa definição de “pragmática” é estreita demais e demanda uma reformulação, porque as linguagens naturais lidam com implicações linguísticas potenciais, logo, é preciso identificar o papel relevante não apenas dos falantes, assim como da contextualização (FILLMORE, 1971). Embora a predominância do locutor integre implicitamente o contextualismo, a referência aos parâmetros temporais e espaciais do cenário em curso torna-se extensivamente saliente na descrição dos dêiticos memoriais.

Esse levantamento do lugar da pragmática nos estudos sobre a linguagem é importante porque define a dimensão constitutiva natural da dêixis, a qual transcende a realidade objetiva operante da representação de valores de verdade e permite fazer uma abertura às possibilidades de realização enunciativa. Por muito tempo, a Lógica e a Filosofia se ocuparam do estudo da referência a objetos-referentes-entidades. Hoje, outras ciências dividem espaço com a pragmática, dentre elas, a fenomenologia da percepção, a retórica, a semiótica do discurso, etc.

Isso permite enquadrar a teoria da dêixis numa dimensão que privilegia a vida cotidiana dos usuários e suas circunstancialidades físicas (relações espaço-temporais) e fenomenológicas. A vida para ser entendida é pragmática. Esta, o eixo norteador da essência humana, orienta a complexidade simbólica e semântica do homem e dos objetos circundantes. Pragmática, enunciação e dêixis operam numa linearidade

epistêmica comum: são três entidades corpóreas e um único espírito, não é à toa a predileção de Bühler (1967), Jakobson (1975) e Benveniste (1989) pela condição de expressividade da linguagem. Desvendar é o ato mais próximo da condição humana.

Sintaxe e semântica estão intimamente diluídas na pragmática para conceber uma base linguística de observação empírica e não para interrogar se este ou aquele gesto é considerado ou não científico. Neste sentido, Dascal (1982, p. 12) afirma que “a semântica não pode ignorar os aspectos pragmáticos, sob pena de se tornar radicalmente inadequada, isto é, que ela é autônoma face à pragmática”. No interior dessa reflexão, torna-se coerente considerar a pragmática como um domínio anexo ou conexo – “a linguística é una: compartilham-se uma teoria dos atos de linguagem e uma teoria da língua” (DOSSE, 2007, p.76). Como se vê, o estudo da dêixis (campo de indícios) desdobra-se nesse conjunto de reflexões em torno da subjetividade e da tomada do corpo enquanto origem das coordenadas espaço-temporais.

2.2 Dêixis: contornos conceituais

Na Antiguidade Clássica, mais precisamente na Grécia, o termo “dêixis” é descrito como âncora mediadora na amostragem de objetos dispersos no espaço. Essa designação traz em seu bojo o ato de mostrar, indicar, expor, assinalar. É curioso observar que, nessa época, a classificação como recurso para a orientação ou monitoramento ainda não era tão difundida, pois a pretensão dos gregos era apenas assinalar com o movimento corpóreo alguma entidade concreta ou abstrata.

O jogo intersubjetivo era protelado apenas em sua essência: a marcação imediata com os olhos, os dedos e a cabeça. Brugmann e Wackernagel²(*apud* Andrade, 1999) são as primeiras referências ao abordar o campo mostrativo e simbólico da linguagem. Esses dois estudiosos elaboraram e reconstituíram o postulado dos demonstrativos em quatro tipos de dêiticos – *ich-deixis*, *du-deixis*, *jener-deixis* e *der-deixis*. Essa divisão garantiu por um longo tempo sua aplicação na maioria das línguas indo-europeias. Porém, nessa época, o campo mostrativo de coordenadas dêiticas se circunscrevia a uma

² BRUGMANN, K. *Die Demonstrativpronomina der indogermanischen Sprachen, Abhandl. Der Sachs Ges. Der Wissenschaft* 22 (Leipzig, 1904).

WACKERNAGEL, *Vorlesungen über Syntax*, II (Basel 1928).

dinâmica de relações espaço-temporais do plano sensório-motor, a percepção imediata. Os sinais de deiticidade apontavam mais para âncoras unidirecionais, já que não havia preocupação com o contexto. Ou seja, as localizações dos locutores aconteciam numa linha de tempo simétrica, aqui-agora.

Para Mariner (1968), o sistema dêitico na estruturação dos pronomes latinos incorpora três elementos constitutivos; são eles: *hic*, *iste* e *ille*. O tratamento desses pronomes é um caso especial justamente por funcionarem tanto como pessoais quanto como demonstrativos com valor de localizadores: *hic* – primeira pessoa; *iste* – segunda pessoa e *ille* – terceira pessoa. *Hic/iste* – tem valor anafórico e indica proximidade; *hic* valor catafórico (anáfora subsequente) e *ille* – tem valor fórico e indica distanciamento. Segundo Echegoyen (1974), a verdade é que esse sistema é nitidamente *trimembre* nas desinências verbais, porém, bipessoal na pronominalização. Nesse domínio, a referência à terceira pessoa quanto às partículas demonstrativas não continha nenhum tipo de restrição, possibilitando abranger qualquer tipo de (pro)nome.

Como se vê, a dissolução definitiva do antigo sistema demonstrativo latino provocou uma reestruturação das categorias já existentes, fato que inclui o desaparecimento de alguns pronomes, assim como a mudança radical das funções de outros. Essa distribuição e o desaparecimento de algumas categorias pronominais explicam a inclusão da terceira pessoa (“ele”) como condição para referência. Esse problema é diagnosticado por Benveniste, o qual consagra o pronome “ele” como *não pessoa*, desprovido de estatuto subjetivo.

Conforme exposto por Brugmann *apud* Andrade (1999) e outros contemporâneos à época, a origem da dêixis é elucidada pela operação dos demonstrativos como palavras primitivas. Alguns teóricos consideram o indicador de pontos específicos como imagem e símbolo provenientes do gesto primitivo humano do apontar com o dedo, a cabeça e os olhos. Segundo Bühler (1967, p. 147), ao reunirmos todas essas variantes da capacidade de (re)orientação espacial, delimitamos o mito da origem dêitica da linguagem representativa. Ao proferirmos “aqui está seco”, é imprescindível o momento da origem do significante o qual determina intuitivamente o lugar.

A teoria buhleriana restringe-se a essa dimensão física do mundo, uma vez que, na ausência dos gestos dos dedos, signos como “eu” e “aqui” não passam de estruturas

vazias e neutras. O corpo é condição *sine qua non* à orientação adequada. Essa proposta inicial consiste no tratamento da linguagem como instrumento arquitetado pela espécie humana, dotada de propriedades corporais peculiares e delineada por campos que redimensionam os comportamentos sensório-motor e perceptivo.

A teoria dos dois campos [mostrativo e simbólico] afirma que o mostrar e o apresentar intuitivo em vários modos pertencem à essência da linguagem natural exatamente semelhante à abstração e apreensão conceitual do mundo e não está longe disso (BUHLER, 1967, p. 20)³.

Segundo esse autor, esses dois campos devem contornar, durante todo o processo de indicação, a totalidade de apreensão das coordenadas espaço-temporais. É interessante destacar que toda manifestação corpórea é definida intuitivamente. O estudo dêitico se origina justamente na interpolação de eixos concêntricos delimitados por paradigmas associados sempre ao centro norteador: o “eu”. A orientação corporal exprime, portanto, a aparição do simbólico como função autorreguladora em um movimento de estruturação progressiva.

Bühler (1967) define o campo dêitico demonstrativo (denominado *Zeigfeld*) como presente experiencial da produção dos enunciados (*Aqui-Agora-Eu*) e o campo simbólico (*Symbolfeld*) como composto por signos e conceitos representativos, os quais proporcionam a existência funcional dos símbolos-índices. Vale ressaltar que Bühler ainda menciona um terceiro campo – *demonstrativo contextual* – o qual, segundo ele, não é necessário caracterizar como novo termo, mas que deve ser tomado como uma subespécie do campo demonstrativo único, pois o ambiente físico do qual nos apropriamos é novo e peculiar.

Em princípio, as palavras *aqui, agora, eu* foneticamente estão acunhadas exatamente iguais que *mesa*, mas se comportam com respeito ao objetivo de um modo um pouco distinto, remetem a algo e, por conseguinte, também seus valores de campo no contexto são um pouco distintos dos signos conceituais linguísticos; mas também são signos (BUHLER, 1967, p. 76, grifo do autor)⁴.

³ la teoria de los dos campos afirma que el mostrar e presentar intuitivo en varios modos pertenece a la esencia del lenguaje natural exactamente igual que la abstracción y la aprehensión conceptual del mundo, y no está más lejos de aquella.

⁴ En principio, vale lo mismo para las palabras *aquí, ahora, yo*: fonemáticamente están acuñadas exactamente igual que *mesa*, pero se comportan respecto a lo objetivo de un modo poço distinto, remiten

Essa constatação se apresenta como a espinha dorsal do postulado da dêixis: o *Aqui-Agora-Eu* se configura como fator de direção real. Incluem-se duas possibilidades de realização da percepção: a amostragem das coisas e a condução do interlocutor no ambiente estritamente físico. Hanks (2008, p. 211) classifica o campo mostrativo ou *Zeigfeld* como único centro e ponto de referência inerentemente situado. Ou seja, o campo dêitico é projetado para a situação momentânea, circunstanciada, na medida em que organiza a copresença e os acessos emergentes ao cenário presentificado. Esse campo mostrativo ou *Zeigfeld* tem um estatuto fenomenológico e depende largamente de uma postura natural, pois contempla uma força diretiva. Nessa visão, as categorias como “agora” e “aqui” têm o mesmo valor de posição. “Eu” e “Tu” são insubstituíveis e categorizados como providos de maior índice de subjetividade.

Esses traços de diretividade existem em todos os dêiticos, independente de sua natureza física ou mental. É importante frisar que, se o campo mostrativo ou *Zeigfeld* é nosso ponto de referência absoluto, então, a complexidade das dimensões (gestos, atenção, memória, percepção) pode ser encontrada no interior desse campo e não somente com relação à espacialidade. Bühler (1967, p. 198) ainda subdivide o sistema dêitico em *deixis ad oculos* para referência a objetos da instância do presente e *deixis am phantasma* para entidades corporificadas numa espécie de fantasia construtiva, que incita o campo do imaginário.

Essa descrição se apresenta como a aparição de um objeto representado diante os olhos do espírito (BUHLER, p. 211). Semelhante ao “aqui”, o “agora” *am phantasma* pode ser transferido a qualquer situação imediata. Contudo, nessa perspectiva, não há indícios de que o campo dêitico abarque atualizações simultâneas da situação projetada experienciadas numa memória demonstrativa. A teoria buhleriana apresenta um princípio psicológico, sobretudo, quando atemos para a definição da *deixis am phantasma*, porém essa dimensão de recordação revela não apenas um ideário fictício meramente:

Se em um relato (no caso limite mais sensível que se pode imaginar) não se trata de outra coisa senão a recordação de uma cena vivida em comum pelo atual falante e o atual ouvinte, que está fresca na memória de ambos, logo, não se necessita de muitas palavras. [...] O ouvinte voltará a ver agora “ali”

a algo y por consiguiente también sus valores de campo en el contexto son um poço distintos de los signos conceptuales lingüísticos; pero también son signos.

com os olhos do espírito o que então viu com os do corpo. [...] Visto psicologicamente, esta não é outra coisa senão um jogo fictício sistematizado (BUHLER, 1967, p. 218-219, grifo nosso)⁵.

Essa passagem contempla um dos problemas ainda não investigados detidamente sobre a incorporação da dimensão memorial no sistema dêitico. Na literatura em ênfase, confundem-se realidade rememorada com aspecto fictício ou fantasmático, como se as memórias episódicas ou as lembranças (compostas por dêiticos de memória) fossem manuscritos romanescos com personagens e personalidades criadas por algum autor. O estatuto da enunciação não se insere nessa condição literária, mas pode ser encarada frequentemente no interior de episódios recordados na medida em que identificamos facilmente situações concretas, índices simbolizados e inferências.

As coordenadas espaço-temporais do próprio campo dêitico trazem à baila apenas uma forma de materializar o passado (índices de subjetividade) e não pertencer a nenhum tipo de reino de fantasias. As remissões executadas pelos pronomes demonstrativos já apontam para os dois eixos de condicionamento dêitico: corpo e memória. A abordagem do psicólogo e linguista Bühler sobre a estruturação e condicionamento dos dêiticos tem maior referência até o surgimento do conceito de enunciação, tão caro a Benveniste, muito embora difundido, anteriormente, por Bakhtin (2010) com outro valor teórico. A contribuição de Bühler recai na inclusão da esfera gestual do falante, das pistas dêiticas físicas às esferas perceptuais de atenção e memória no campo dêitico. Esse fato reforça a condição do dêitico de memória, o qual, segundo Hanks (2008, p. 226), “deve ser entendido relativamente a todas as suas dimensões e não somente em relação ao espaço, como a teoria buhleriana explicita”.

A problemática da dêixis pode ser tratada por vários canais de significação intermediados por fatores que apontam ora para o corpo (relação sensório-motora), ora para a memória (memória demonstrativa). Não nos interessa julgar qual perspectiva dêitica é mais relevante que outra. Interessam-nos os variados modos de abordar essa temática. Bühler (1967) descreve esse campo dêitico dimensionado numa personalidade própria da enunciação, mas é Benveniste (1989, p. 44) que, em seu célebre artigo

⁵ Si en relato (en el caso limite más sencillo que se puede imaginar) no se trata de otra cosa que de la reviviscencia de una escena vivida em común por el actual hablante y el actual oyente, que está todavía fresca em la memoria de ambos, entonces no se necesitan muchas palabras. [...] El oyente de lo consabido volverá a ver ahora allí com los ojos del espíritu lo que entonces vio com los del cuerpo. [...] Visto psicológicamente, esto no es otra cosa que um juego ficticio sistematizado.

Semiologia da língua, afirma que “o homem inteiro é um signo, *seu pensamento é um signo*, sua emoção é um signo” (grifo nosso). Essa relevante citação nos abre a possibilidade de construção de complexas provocações em torno da dêixis de memória, cuja consideração do pensamento indicial (relações espaço-temporais já experienciadas) é refletida como inerente e circunscrita ao pensamento enquanto significância, não apenas na consideração do corpo dêitico imediato de coordenadas: se os pensamentos também são signos, por que não classificá-los também como indiciais?

Além do percurso feito por Bühler, é imprescindível o destaque de Benveniste e suas incursões na enunciação dos dêiticos. Particularmente, foi possível, através das contestações explícitas da relevância da subjetividade nos estudos sobre a língua(gem) evidenciadas por Bühler (1967), Jakobson (1975) e Benveniste (1989), a divulgação e sistematização da língua revestida por estudos enunciativos que envolvam a caracterização dos dêiticos.

[...] Benveniste amplia consideravelmente a noção de *shifter*, lançada com brilho por Jakobson, ele funda uma linguística nova, que não existe em nenhum outro autor (e muito menos em Chomsky): a linguística da interlocução; a linguagem e, portanto, o mundo inteiro, articula-se sobre essa forma eu-tu (BARTHES, 1988, p. 182).

Da condição de expressividade do espírito ao aparelho formal da enunciação. Essa trajetória nos obriga a delinear o campo de investigação desprezado na época áurea do estruturalismo. É, pois, Benveniste (1989) quem assegura a inclusão dos traços subjetivos inscritos na própria língua (o sujeito da fala e suas elocuições).

O mais interessante dessa meta alcançada é que, para integrar o sujeito à língua, não se precisou abstrai-la. A proposta benvenistiana dissemina-se na reflexão de que a emergência das expressões dêiticas distancia-se consideravelmente de uma simples informação projetada pelo falante – o eixo enunciativo e o eixo meramente “referencial”. Essa descrição permite distinguir o que seja o sujeito do enunciado e o da enunciação. Nosso trabalho culmina no processo, no interior do qual a condição de irrepetibilidade impera, fato que legitima a consideração da enunciação não como produto. Esse ponto nos faz crer que a teoria da enunciação de Benveniste prega um ideário condizente ou, ao menos, próximo dos estudos pragmáticos – uma espécie de construção de uma teoria filosófica da ação.

O enunciado que contém “eu” pertence ao modo de linguagem que Morris (1976) denominou pragmática, o qual inclui, além dos signos, aqueles que os utilizam. Essa exceção é uma marca de enfoque benvenistiano. Portanto, cada “eu” comporta uma referência ao ambiente situacional, imerso no eixo de coordenadas espaço-temporais, correspondendo ao “eu” tão somente a situação de condicionamento dêitico do “aqui-agora” – ponto de referência axial:

a forma *eu* não tem existência linguística senão no ato de fala que a profere. Existe, portanto, neste processo, uma dupla ocorrência conjugada: ocorrência de *eu* como referente e ocorrência de discurso contendo *eu*, como relatado. (...) *eu* é o indivíduo que enuncia a presente ocorrência de discurso contendo a ocorrência linguística *eu*. Por conseguinte, introduzindo a situação de ‘alocução’ obtém-se uma definição simétrica para *tu*, como o indivíduo a que se dirige a alocução na presente ocorrência de discurso contendo a ocorrência linguística *tu* (BENVENISTE, 1982, p. 53).

Essa posição sobre a ocorrência enunciativa e referencial entre “eu” e “tu” corresponde ao complexo questionamento suscitado por Benveniste: “qual é então a ‘realidade’ a que se referem “eu” e “tu”?”. A esse estatuto, os signos naturalmente extraídos da linguagem natural são vazios e não referenciais com respeito a essa realidade. Embora sempre disponíveis, só se constituem como plenos na incorporação subjetiva, quando “eu” os assume, numa determinada instância de discurso, o papel de significar.

A condição de referência é estabelecida no interior dessa peculiaridade. Benveniste impõe à categoria de “pessoa” uma ordem que transcende o aparato lexical e engendra a diferença de funcionamento na própria língua. É, pois, a realização enunciativa dos pronomes que contribui para introduzir variações – a pessoalidade se opõe à outra – “uma teoria linguística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas” (BENVENISTE, 1976, p. 250).

E quanto à categoria pessoal “ele”? Segundo Benveniste (1976), “ele” pode ser uma infinidade de sujeitos ou nenhum, visto que “ele” não designa especificamente nada nem ninguém. A “terceira pessoa” é a única pela qual um dado referente é explicitado segundo valores de verdade (marcas institucionalizadas no léxico), desprovido de índice de subjetividade, logo, é um signo invariante e não pessoal. Por esse fato de não implicar nenhuma “pessoalidade”, o estatuto subjetivo se concentra potencialmente no “eu” em direção ao “tu” distante do “ele” – “eu-tu” encarnam a

marca de pessoa e “ele” é desprovido dela. Desse modo, a enunciação acontece em um processo de apropriação e reapropriação:

Quando saio de ‘mim’ para estabelecer uma relação viva com um ser, encontro ou proponho necessariamente um ‘tu’ que é, fora de mim, a única ‘pessoa imaginável’. [...] a unicidade e subjetividade inerentes a ‘eu’ contradizem a possibilidade de uma pluralização. [...] só há ‘nós’ a partir de ‘eu’ e esse ‘eu’ sujeita o elemento ‘não-eu’ pela sua qualidade transcendente. A presença do ‘eu’ é constitutiva de ‘nós’ (BENVENISTE, 1976, p. 255-256).

Assim como lembrado por Bühler (1967), o “eu” contempla o centro dêitico operante representado pelo EGO. A emergência dos índices de “pessoa” não se produz senão na e pela enunciação. De natureza semelhante à estruturação da pessoalidade pelo corpo enunciativo, os “índices de ostensão” (este, aquele, aqui, agora) implicam também gestos no sistema perceptual, os quais designam indicadores. Além de “eu”, “tu” e “ele”, as categorias que explicitam o lugar e o momento da enunciação também são denominadas “indivíduos linguísticos” por Benveniste. São, portanto, esses índices ostensivos da memória demonstrativa os responsáveis pela contiguidade temporal dos objetos-referentes. Na tentativa de inserir o homem na língua, Benveniste (1989) supõe que a temporalidade é um quadro inato do pensamento e que a linha de participação é uma referência ao presente, como pode ser visto na citação seguinte:

ora, esse ‘presente’, por sua vez, tem como referência temporal um dado linguístico: a coincidência do acontecimento descrito com a instância do discurso que o descreve. O *Dictionnaire Général* define o presente como ‘o tempo do verbo que exprime o tempo em que se está’. Devemos tomar cuidado: não há outro critério nem outra expressão para indicar ‘o tempo em que se está’ senão torná-lo como ‘o tempo em que se fala’. Esse é o momento eternamente ‘presente’ (BENVENISTE, 1976, p. 289).

Nessa perspectiva, entendemos que, na materialidade do “presente”, a linguagem se reafirma como condição momentânea do “cenário” em curso, ao passo que a faculdade do pensamento, enquanto origem ou gênese da enunciação, opera no interior de um ponto de intersecção entre o “passado” e o “presente”. Nesse estágio, imprime-se na consciência humana, a sensação de um *continuum* que se inicia no presente do próprio enunciador e se delimita via referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais. É nesse ponto que se encontra a emergência dos dêiticos memoriais, os quais se originam no “presente imediato”, contudo apontam para

outras direções. Levamos em consideração o fragmento de um episódio para provocação inicial:

- (1) Eu tinha 15 anos na época e lembro-me de vasculhar suas gavetas, encontrando todo tipo de coisas. Havia algum dinheiro e uma longa carta escrita numa língua estranha. Ainda posso ver a caligrafia em tinta púrpura (KOTRE, 1997. p. 20).

Se considerássemos apenas a instância do “eu” em “posso” no tempo linguístico de Benveniste, a interpretação pragmática do enunciado não se completara devido à ausência de índices do elemento de retrospecção. “Posso ver” garante um modelo de redimensionamento do “eu-aqui-agora”. A ocorrência enunciativa do campo dêitico só tem condições de se expandir nessa “rua de mão dupla”. Ou seja, esse enunciado só tem efeito interlocutivo na contiguidade temporal, muito embora a enunciação, nesse caso, manifeste o aspecto verbal como presente imediato. Um dos desafios é definir em que “lugar” se encontra a dêixis de memória (DM) nessa temporalidade alinhada de forma extensional (campo situacional e campo memorial). Na maioria dos casos, em episódios rememorados, em menos de milésimos de segundos, o presente já se torna imagem-símbolo do passado.

O índice de subjetividade se eleva de acordo com o emprego da primeira pessoa e, potencialmente, anexando-lhe a expressão de temporalidade (Benveniste, 1989). Mesmo com esse postulado, a teoria da enunciação de origem benvenistiana não descreve ou esboça sobre a dêixis de memória, nem sobre sua característica especial que é a “translocação espaço-temporal” do presente linguístico no campo de coordenadas. O ambiente geográfico ou panorâmico de dispersão dos objetos no “aqui-agora” não é tão importante nesse caso, porém o problema reside na abertura desta outra dimensão, que é o passado, servindo de materialidade significativa à instância do presente. É preciso considerar não exclusivamente a instância do “eu-aqui-agora” (tão bem discretizado por Bühler e Benveniste), mas também encarar o fenômeno da dêixis no plano da memória (índices omissos de uma situação prévia). Deleuze postula que

nossa duração não é um instante que substitui outro instante: nesse caso, haveria apenas presente [...]. A duração é o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança. Uma vez que o passado cresce incessantemente, também se conserva indefinidamente (DELEUZE, 1990, p. 89).

Na ótica de Benveniste, o presente formal não faz senão tornar explícita a instância imediata inerente à enunciação – “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual, senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo” (BENVENISTE, 1989, p. 85). No ato de engendrar o “eu” no corpo da enunciação, imediatamente, a categoria do “presente” é a origem da temporalidade, o “eu” contém o presente linguístico e exprime, pois, a condição de existência plena de signos em ocorrências enunciativas.

Segundo Cervoni (1989), o “eu” comporta uma das teses da psicomecânica (elementos sensório-motores) cuja delimitação da temporalidade está circunscrita a um ponto fixo de natureza física ou espacial, a partir do qual se considera um desenvolvimento linearizado e não dinâmico, embora instável, assim como a subjetividade da linguagem,

aqui e agora delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*. Essa série não se limita a *aqui e agora*; é acrescida de grande número de termos simples ou complexos que procedem da mesma relação: *hoje, ontem, amanhã, em três dias*, etc. (BENVENISTE, 1976, p. 279).

No interior dessa reflexão, Benveniste alerta para o fato de que a língua é o único sistema em que a significação se delineia em duas dimensões, contudo, essa reflexão não foi desenvolvida, de modo a impossibilitar respostas para muitas lacunas sobre o entorno e a suposição de uma “translocação espaço-temporal”. É sabido que a enunciação se apresenta como um processo instável de projeção e progressão de referentes. Há, assim, reatualizações em torno do próprio aparelho: a língua. Desse modo, o uso de “aqui”, “agora”, “naquele instante” pode facilmente ultrapassar o tempo anatômico ou imediato, que é a circunstância do presente. É por meio dessa condição fenomenológica que surge o desafio de caracterizar o campo dêitico de coordenadas circunscrito nas próprias relações espaço-temporais do tempo linguístico. Se os pronomes (pessoais, adverbiais, demonstrativos) só recebem sua realidade e sua substância no interior apenas do processamento discursivo, devemos tentar esboçar conceitos coerentes à aplicabilidade dessa especificação.

Benveniste (1976. p. 280) parte do pressuposto de que os objetos-referentes percebidos se organizam no interior de um ponto central, a “Origo”, ou seja, as expressões dêiticas apontam segundo uma “simetria axial”, sintagmas ancorados em

segmentos linguísticos que complementam a linha do tempo. Essa descrição revela por que a temporalidade se expressa cronologicamente sem rupturas na própria camada subterrânea do discurso (a condição de irrepetibilidade do enunciado). Se o tempo da enunciação é o tempo linguístico, podemos perceber que, para o estudo dos dêiticos de memória, o fenômeno de temporalidade mais próximo poderia ser o “subjetivo”, o tempo da memória que coemerge. O próprio Benveniste (1989, p. 70) é coerente com o que ele se propunha ao afirmar o seguinte:

O sistema das coordenadas espaço-temporais se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está ele-próprio designado como centro e ponto de referência [...]. Mais geral e, se se pode dizer, natural é uma outra confusão que consiste em pensar que o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo ‘objetivo’, tão forte é a propensão a ver na língua o decalque da realidade. As línguas não nos oferecem de fato senão construções diversas do real, e é talvez justamente no modo pelo qual elas elaboram um sistema temporal complexo que elas são mais divergentes.

Se o tempo linguístico não é objetivo, por que, então, a temporalidade se configura ao tempo físico: uniforme, linear, contínuo e segmentável como dado estável e irreduzível (“semana passada”, “próximo mês”, “durante a noite”)? O próprio aparelho de enunciação, em seu âmago, não é irrepetível? Sua engrenagem não é inevitavelmente subjetiva? A explicação de Benveniste (1989, p. 73) para tais questionamentos é que o cômputo dos intervalos temporais apresenta-se como fixo e imutável; se ele não fosse fixo, estaríamos perdidos em um tempo errático; se ele não fosse imutável, falaríamos a linguagem da loucura.

Caso esse enfoque clássico de temporalidade ultrapasse esse nível, Benveniste considera apenas uma distorção de efeito estilístico. Se se define o “presente” como ponto lógico e limitado entre passado e futuro, em que “atualidade” então podemos inscrever um processo enunciativo cujo desenvolvimento oferece uma certa extensão de relação espaço-temporal para enquadrar o campo dêitico da memória? Cervoni (1989) critica essa dimensão de temporalidade em favor da orientação espaço-temporal retrospectiva da memória demonstrativa que aponta extensionalmente para o interior de um cenário de “experiência”. Para ele,

o que é essencial no valor do ‘presente’ é sua realidade cinética; a imagem que fornece de um acontecimento é essencialmente a de uma orientação prospectiva e/ou retrospectiva. [...] nossa representação do tempo, por mais

abstrata que seja, por mais destacada que seja da experiência que dele temos, não pode ser totalmente independente dessa experiência (CERVONI, 1989, p. 35-36).

A partir dessa ótica, o emprego do “presente” se consagra no interior de sua construção cinética em verticalidade e não na horizontalidade (aqui-agora da enunciação). Por esse domínio do campo dêitico perceptivo, é possível captar um episódio em realização enunciativa, todavia, “em parte realizado” e outra parte “em realização perspectiva”, com a diferença de alguns instantes. Essa pode ser a realidade operante das expressões dêiticas no plano da memória. Nessa condição de enunciação híbrida, vemos, de instante em instante, as parcelas da situação passada se diluírem no próprio presente.

Vale ressaltar que, embora a temporalidade seja vista aqui por esse viés, não se destitui o “eu” como centro dêitico e condicionante de orientação na representação do tempo e do espaço. Mas o que importa é “a imagem de sua *sequela* no presente da enunciação e não a de sua inserção no tempo cronológico” (CERVONI, 1989, p. 39, grifo nosso). Cabe-nos não considerar apenas a sincronia da língua ou da própria temporalidade. Outra passagem que nos chama atenção é quando Benveniste (1989) se posiciona da seguinte forma,

se narro o que ‘me aconteceu’, o passado ao qual me refiro não é definido senão em relação ao presente de meu ato de fala, mas como o ato de fala parte de mim e ninguém pode falar por minha boca, da mesma forma que não pode ver por meus olhos ou experimentar o que eu sinto, é unicamente a mim que este ‘tempo’ se relaciona e é unicamente à minha experiência que ele se restringe (BENVENISTE, 1989, p. 77) .

Se a temporalidade descrita por Benveniste é puramente linguística, esse recorte ontológico da temporalidade não pode possibilitar a introspecção da memória do locutor nessa orientação extensional a partir da qual se constata a emergência dos pronomes demonstrativos e suas remissões ao campo dêitico da memória indicial. Não podemos reexperienciar as imagens de nossa infância, nem o ontem, nem os milésimos de segundos de um instante que acaba de passar na tríade “eu-aqui-agora” se esse “campo” de coordenadas não permitir uma extensão da própria referência. Benveniste (1989) nos propõe essa descrição com outras palavras. Para ele,

o que caracteriza as séries de designações como ordem intersubjetiva, como se vê, é que uma translocação espacial e temporal torna-se necessária para

objetivar os signos tais como ‘este’, ‘eu’, ‘agora’, que têm a cada vez um referente único na instância de discurso e somente ele. Esta transferência faz aparecer *a diferença de planos entre os quais deslizam as mesmas formas linguísticas* (BENVENISTE, 1989, p. 79, grifo nosso).

As suposições desse autor ao se apropriar da problemática dos eixos temporal e espacial e suas possíveis translocações enunciativas não continuaram devido à doença que o vitimou. Contudo, seu legado é extremamente oportuno e nos conduz a transportar essa visão para além dos enunciados cristalizados como meros “ontem” e/ou “hoje”, cuja gradação pragmática é sensível ao contexto simultâneo de recordações passadas, por exemplo. A suposição para a “diferença de planos” dilui-se por meio da realização enunciativa do campo dêitico, o próprio “aqui-agora” ou as remissões e retenções de índices ostensivos como “esse-aquele” podem configurar outra instância exterior, secundária e omissa, mas, ao mesmo tempo, interior ao presente linguístico. Um ponto de vista semelhante se vê na citação a seguir:

Estamos lidando não com um presente cronológico, mas com um “presente mental”: o presente linguístico, com as características cinéticas que são suas, é transposto no passado ou no futuro: a forma verbal está aí para traduzir um processo de representação mental de uma realidade extralinguística que *só tem existência no pensamento* (VASSANT *apud* CERVONI, 1989, p. 303-304, grifo nosso).

Na visão benvenistiana, é inconcebível a ocorrência de expressões dêiticas no “aoristo” (termo empregado no passado simples). Segundo essa posição, nesse tipo de ocorrência não há indícios de fenômeno dêitico simplesmente porque, no relato escrito de acontecimentos passados, o signo “ele” é mais usual do que o próprio “eu”, por isso, é descrito por esse autor como um procedimento historiográfico. Porém, podemos descrever que o “eu” posto em uma situação prévia na enunciação não se apresenta como mero historiador que jamais poderá enunciar “eu”, nem “tu”, nem “aqui-agora”. Lidamos com o “eu” consciente de suas intenções, emoções e papéis sociais, o “eu” respaldado pelo substrato da linguagem, a subjetividade.

Nessa particularidade, percebe-se, de forma nítida, a ascendência quase que unânime do “eu”, embora representado pelas próprias marcas desse mesmo “eu”. O imediatismo do evento pessoal responde pelas manifestações actanciais embreadas a partir da origem do actante. No entanto, esses “atos imediatistas” não podem ser mais classificados como índice total de deiticidade, uma vez que o próprio “aoristo” (situação

prévia) faz parte/pertence à realidade ontológica da linguagem e condensa uma dupla articulação de fenômenos temporais: corpo e memória no próprio “eu-aqui-agora”.

Os condicionamentos de um dêitico de memória podem adquirir, pelo eixo sintagmático (escolha por determinados determinantes demonstrativos), a condensação das ocorrências enunciativas da dimensão espaço-temporal ou imediata. Esse fato está sujeito à superposição de índices ostensivos que apontam para ora para o corpo, ora para a memória demonstrativa. Nas ocorrências com DM, o tempo de um enunciado é a parte da expressão do pensamento. É por isso que a indicialidade inerente à dêixis na memória é projetada por um segundo ato intermediário, a recordação ou retenção, que aparece substancialmente como memória indicial. Nesse curso enunciativo, as ocorrências dêíticas só têm significado no fluxo do pensamento a partir do qual uma instância se torna imagem de outra (WITTGENSTEIN, 1994). Ou seja, a imagem-presente é memória de outro episódio no interior do qual se encontram elementos temporais de uma situação de discurso coemergente. A interpolação dos índices à memória é tônica da concepção de Peirce (1977). Segundo este autor,

a palavra vive na mente dos que a usam, não a destruímos. Mesmo que estejam dormindo, ela existe em suas memórias. Só pensamos com signos. [...] os pronomes demonstrativos ‘este’ e ‘aquele’ são índices. Pois levam o ouvinte a usar seus poderes de observação, estabelecendo dessa maneira uma conexão real entre sua mente e o objeto (PEIRCE, 1977, 73-74).

À luz dessas descrições e levando em consideração a inexistência de um sincronismo puro, o presente linguístico é muito mais complexo que aparenta à primeira vista. O “agora” da produção de um segmento linguístico, por exemplo, se configura, na verdade, como construto de múltiplas camadas de discurso. Porque, a partir de diversas circunstâncias, “o que mais conta para uma construção apropriada do objeto de referência não é sua posição, mas sua acessibilidade na memória, na antecipação, na percepção e na fala anterior” (HANKS, 2008, p. 222). As expectativas e possibilidades de descrever o próprio “campo dêitico da memória” aumentam quando se leva em conta a projeção dêítica ou alterações do centro dêitico. Situamos essas questões nestes enunciados apresentados por Kotre (1997):

- (2) Em minha memória, aquela brancura das luvas se destaca contra o fundo negro do pó de carvão que o matou. [Os sons se tornam ecos distantes] (p. 12).

(3) Lembro-me daquele cheiro do repelente com que lambuzávamos nossas mãos e rostos e posso sentir os mosquitos zumbindo em volta de minha cabeça (p. 83-84).

Responder às complicações provenientes desses usos incomuns de pronomes demonstrativos e de algumas categorias verbais exige que se incorpore o contexto não apenas “situacional”, mas também memorial à “situação” de discurso – onde estamos agora? Como se vê, o campo dêitico manifesta um diâmetro temporal muito amplo. Essa relatividade impõe a especulação de um novo entorno conceitual à teoria indicial. Certamente, uma posição demasiado fragmentária e estreita da dêixis tende a não colaborar para o revestimento de uma nova acepção de acordo com a sua aplicabilidade. Por isso, não é vantajoso utilizar a referência aos dados imediatos da situação de fala como traços definidos do fenômeno dêitico, como é prática comum (FILLMORE, 1971). É, pois, o próprio condicionamento do campo dêitico que determina a extensão de signos indiciais através dos quais se consideram as coordenadas espaço-temporais da memória demonstrativa, que não é apenas caracterizada como “campo situacional”.

A respeito da indicialidade no plano da memória, Peirce (1977) também defende que no próprio emprego de pronomes demonstrativos há uma espécie de junção de duas porções de experiência. De acordo com Peirce,

uma batida na porta é um índice. Tudo o que atrai a atenção é índice. Tudo o que nos surpreende é índice, na medida em que assinala *a junção entre duas porções de experiência*. Assim, um violento relâmpago indica que *algo* considerável ocorreu, embora não saibamos exatamente qual foi o evento. Espera-se, no entanto, *que ele se ligue com alguma outra experiência* (p. 67, grifo nosso).

Segundo essas descrições, na medida em que a enunciação supõe um fato concebido como sensivelmente transitório, torna-se indispensável também um ponto de referência temporal provisório ou intermediário, embora suprimido, posteriormente, pela relevância de outro evento temático imerso no fluxo episódico. Nas ocorrências com dêiticos de memória possa ser que a relevância da informação do primeiro episódio possua um valor genérico, ao passo que no segundo se constate um fato resultante de alguma mudança em relação ao ambiente que antes constituía uma realidade comum entre interactantes. É o mesmo que afirmar que as pistas contextuais da memória do locutor estão na própria estrutura da língua. A este respeito Bakhtin (2010) explicita que

a pura “sinalidade” não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de “sinalidade” e de identificação que lhe é correlata seja real. Assim, o elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica (BAKHTIN, 2010, p. 97).

Segundo essa concepção, embora a forma do signo linguístico preexistisse aos indícios, o locutor é interpelado inevitavelmente pela concretude dos vestígios que condensam a significância dos indexicais. Essa compreensão orienta as particularidades semânticas do objeto percebido na cadeia referencial. O reconhecimento de um sinal ou pista indicial é condicionado conforme a percepção anterior de outro objeto. As raízes desse paradigma indiciário são contestadas por Ginzburg (1989). Os primeiros vestígios dessa atividade assemelham-se ao modelo de Sherlock Holmes:

por trás desse paradigma indiciário ou divinatório, entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa. [...] o olho humano é mais sensível às diferenças (talvez marginais) entre os seres humanos do que às diferenças entre as pedras e as folhas (GINZBURG, 1989 p. 154-166).

O pensamento desse autor condensa a seguinte reflexão: “alguém passou por lá”. É interessante observar que boa parte dos sinais linguísticos reside exatamente na involuntariedade de seu uso, ou seja, nos traços mínimos e negligenciáveis aguçados pela individualidade de cada artista na pintura de uma obra prima ou na implicitude informacional de um locutor. Se a realidade da língua é apresentada como “obscura”, coexistem, então, zonas privilegiadas – sinais, pistas ou indícios – os quais nos permitem decifrá-los. A origem do campo dêitico aterriza nessa mobilidade específica de desvendamento – a sinalidade de um signo pressupõe outro e outros. De acordo com Epstein (1986, p. 16), os signos contemplam esse elo de mediação: “o significado é a ‘outra’ face do signo, a face invisível, a ‘outra coisa’ pela qual está o ‘algo’”.

A existência de um signo só é perceptível na fusão de um índice mais o símbolo, se nosso interesse se concentra no postulado da dêixis. Um índice costuma ser revelado a partir da referência a determinado objeto que denota em virtude de ser realmente afetado por esse mesmo objeto. A fotografia é, por exemplo, um protótipo de um índice, o efeito das radiações interconectadas contém as lembranças de um episódio marcante para o interpretante. No campo de coordenadas, o índice dêitico é maior quando é

ostensivo (visível, aparente, perceptível ou localizável) aos traços e/ou pistas da memória.

Pode ser que o conhecimento desses usos especiais de referentes seja revelado pela memória episódica do locutor devido às indicações circunscritas pelos pronomes demonstrativos no interior de um processo de delicada instabilidade categorial (MONDADA, 2005; MONDADA; DUBOIS, 2003; SANTOS; LIMA, 2013). Sendo assim, o plano do pano de fundo (*background*) de operações referenciais e textuais por sintagmas nominais demonstrativos é, a todo instante, detectado por uma espécie de “câmera subjetiva”:

[...] existe uma relação necessária, na instância do discurso, entre o enunciador e o momento da enunciação. Em compensação, a relação com o lugar não é somente uma marcação do ato da enunciação, mas pode se realizar em espaços infinitamente diversos: enquanto agora não pode de modo algum apenas ser substituído por uma descrição, aqui pode ser explicitado por múltiplas indicações concretas (GARY-PRIEUR; NOAILLY, 2003, p. 236-237).

Sobre essa afirmação, uma mudança da condição de visibilidade dos referentes deve se apresentar como oportuna para a descrição da organização desse tipo incomum de dêixis, como também para interrogar sobre o ponto de vista do enunciador ao se utilizar de determinados sintagmas nominais demonstrativos e adverbiais. Cavalcante (2001, p. 2) constata que

o que Hawkins trata como “condição de visibilidade” do demonstrativo deveria ser mais apropriadamente pensado como “condição de saliência”, já que o mesmo comando de “apontar para, dirigir-se a” é usado em outros contextos de não visibilidade, como nos apelos a conteúdos específicos presentes na memória comum dos participantes da comunicação.

Segundo a autora, essa “condição de visibilidade” pode também integrar o campo dêitico da memória, as relações dêiticas da memória demonstrativa do locutor. Essa descrição pode suscitar a necessidade de descrever esse “campo” de coordenadas espaço-temporais não tão somente pela evidente recuperação de referentes pontualmente identificáveis, mas, sobretudo, pelo acesso às âncoras contextuais as quais conduzem a remissões que vão além do ambiente “situacional” como postulam os linguistas de texto. Existe, portanto, um antropomorfismo no verbo “indicar”, cuja potencialidade é medida pela subjetividade inerente à memória particular (FUCHS, 1988; ZAMPONI, 2001; YANG, 2011). A partir dessa afirmação, ao se comprovar uma

transformação do estatuto discursivo, uma mudança de foco ou de perspectiva, conseqüentemente, podemos nos deparar com referentes ou objetos de discurso em um “novo” universo de projeção e progressão referencial tanto para marcar o grau de saliência na memória indicial, quanto para modificar o estatuto temático de algum segmento linguístico de uma ocorrência dêitica. É possível que no monitoramento de corpos no campo dêitico da memória, os referentes sejam bem mais difíceis de serem perceptíveis e recuperáveis e um dos únicos indícios que permitem a localização de “adequada” referência é, além do sujeito da enunciação, a própria progressão referencial da textualidade.

3 MEMÓRIA: passado-presente

O próprio presente não existe a não ser como um passado infinitamente contraído que se constitui na ponta extrema do *já-aí*. O presente não passaria sem esta condição. Não passaria se não fosse o grau mais contraído do passado (DELEUZE, 2007, p. 122).

O tempo só tem sentido para nós porque nós “o somos” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 577).

3.1 Quando corpos são memórias: relações espaço-temporais em Deleuze e Merleau-Ponty

A partir das questões sobre a organização e projeção do fenômeno dêitico na memória, podemos supor que abordagens filosóficas que contemplem a temporalidade como orientação entre “corpo dêitico” e “pensamento dêitico” podem preencher lacunas sobre a composição do procedimento dêitico no plano da memória. Desde então, sugere-se que algumas reflexões sobre o estatuto da temporalidade em Deleuze (2007) e Merleau-Ponty (2011) se exprimem como uma tentativa de aproximação epistemológica do problema aqui investigado. O questionamento do tempo linguístico descrito por Benveniste surge aqui segundo o conceito de diferença e não de finitude, linearidade ou cronologia de segmentos linguísticos. A essência de cada coisa é a diferença.

A vida só é (ou só começa a ser) vida graças à existência do tempo. A natureza, suas grandezas, às vezes, incompreensíveis estão sujeitas ao julgamento temporal. Portanto, o tempo é, em seu âmago, selvagem, bruto, contudo, é passível de significação e, por esse ato, torna-se modo de existência. Dos grandes pensadores da Antiguidade Clássica, a descrição da temporalidade por Santo Agostinho é a que mais se aproxima da ótica deleuziana porque descreve um presente do futuro, um presente do passado e um presente do presente. Essa é a prerrogativa de Deleuze (2007), esse tempo entrecortado, problematizado e reanalisado por meio da imagem cinematográfica, a arte do cinema, a qual não privilegia unicamente a instância “presente”, mas adere a uma imagem-movimento no/pelo “cristal de tempo” a fim de defender a ideia de coexistência temporal. É um cinema que, de tanto se esquivar do presente, impede o passado de se degradar em lembrança porque é atualidade, embora instável.

Todavia, podemos encontrar o tempo linguístico como um Todo Aberto, o qual é, por natureza, transformação incessante, invenção, pura coexistência temporal. Não é

somente o tempo como sucessão de signos dêiticos, mas a temporalidade concebida no interior de uma “simultaneidade dêítica”. Aquilo que é apresentado como simultâneo não carrega o estatuto de linearidade ou necessária fixidez, ao contrário, concebe-se o tempo desmensurado, dissimétrico, não reconciliado. Trata-se, pois, de condensar o “antes” e o “depois” na própria imagem-presente cuja unidade é indivisível,

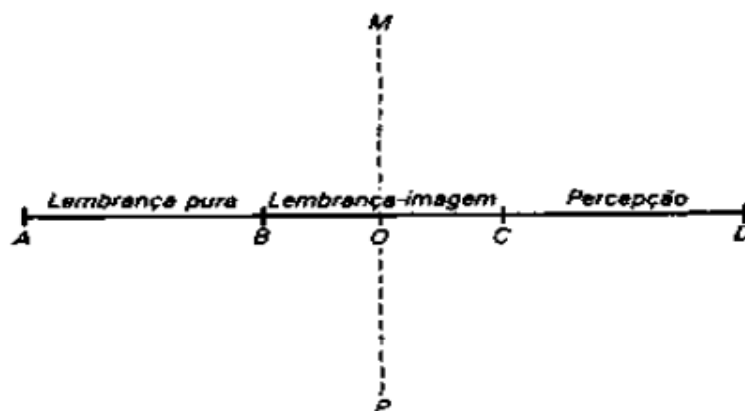
é preciso, portanto, que a imagem seja presente e passada, ainda presente e já passada, a um só tempo, ao mesmo tempo. Se não fosse já passada ao mesmo tempo que é presente, jamais o presente passaria. O passado não sucede ao presente que ele não é mais, ele coexiste com o presente que foi. O presente é a imagem atual, e seu passado contemporâneo é a imagem virtual, a imagem especular (DELEUZE, 2007, p. 99).

Essa reflexão vai de encontro à boa parte das especulações sobre a temporalidade desde a Antiguidade Clássica, em que o tempo encarna uma visão restringida à simetria do movimento (“simetria axial” – termo descrito por Benveniste). Enxerga-se, todavia, um novo modo de potencializar o estatuto temporal com o intuito de converter o tempo, a sua face transparente. Diante do condicionamento dos corpos no campo dêitico, não se trata, pois, de descrever uma situação prévia como *flash-back*, como mera recordação ou previsibilidade. É possível que as “pontas” do presente linguístico sejam deslizantes e intercambiáveis e que resultem em índices de coemergência no fluxo espaço-temporal. Essa é a formação do fenômeno da dêixis de memória. Na dimensão dessa “coemergência”, pretende-se considerar o tempo do presente atual (“aqui-agora”) dessa ordem sucessiva, em favor da coexistência de grandes regiões a explorar no próprio transcurso da memória indicial. A temporalidade deleuziana pertence a um “ambiente” estilhaçado no interior do qual, em determinado evento episódico, as pontas do presente encontram-se constantemente desatualizadas. Todavia, é através da diluição dessas mesmas pontas que enxergamos a dinâmica do passado e a expansão do campo dêitico.

Fica claro que se lida com uma “âncora contextual demonstrativa” que aponta a cada instante, tornando possível uma pluralidade de significantes que não cessa de variar na estrutura da língua. Se o postulado da dêixis de memória pressupõe uma temporalidade mais extensional, a trama temporal deleuziana comporta perspectivas condizentes a esse estado de temporalização. Deleuze ampara-se em Bergson (2006) para delinear sua perspectiva incomum de tempo. Para ele, o que está em jogo são

lembrança pura, *lembranças-imagens* e a *percepção*, elementos esses que se constituem conjuntamente. É possível que, na imagem proposta por Bergson (2006, p. 155), possamos encontrar respostas para a natureza operante dos dêiticos na memória:

Gráfico 01:



A percepção não comporta o mero contato espacial com o objeto ou referente presente, ao contrário, o próprio campo perceptivo de coordenadas dêiticas é constituído por “lembranças-imagens”, as quais revestem esse campo no processo de remissão e ancoragem referencial, uma espécie de percepção nascente. Os índices das “lembranças-imagens” são extraídos da “lembrança pura” na materialização do objeto percebido. Com esse ato, o presente imediato toma forma no passado *sui generis* e, posteriormente, numa região específica dessa “lembrança pura” (memória episódica). Bergson (2006) simboliza esses três termos pelos segmentos consecutivos A-B, B-C, C-D. A proposta deste gráfico incide na ideia constante de que uma lembrança, à medida que se atualiza, tende a viver numa imagem nascente, coalescente e coemergente. Ao se tomar a existência de “imagem”, o passado deixa o estado de “lembrança pura” e se confunde com uma certa parte do presente imediato. A memória, pois, em constante estado de atualização se dissipa tornando-se “imagem-presente”. É no interior dessa dinâmica que os primeiros vestígios da memória demonstrativa são salientes na progressão dos referentes.

Desse modo, podemos nos questionar se o tempo do enunciado pode ser também o tempo do pensamento e ser aplicado à teoria da dêixis de memória, já que expomos a memória enquanto matéria composta de imagens-presentes? Ou seja, o momento em que falo está (e não está) distante do “eu”. O estado fenomenológico daquilo que se

categoriza como “presente” engloba, ao mesmo tempo, um passado imediato ligado à percepção e que se prolonga na ação, no ato enunciativo. Esse prolongamento (dilatação, expansão) do campo dêitico do aqui-agora é responsável pelo paradoxo do índice de deiticidade. Vale ressaltar que não se descarta a reflexão de que a gênese da dêixis se encontra no presente linguístico. Como afirma Bergson (2006, p. 162, grifo nosso) “meu presente consiste na consciência que tenho de meu corpo, *estendido* no espaço, meu corpo experimenta sensações e, ao mesmo tempo, executa movimentos”. O hibridismo das expressões dêiticas da memória é acusado por esse duplo apelo de indícios tanto através da “sensação” de um episódio de outrora, quanto aos “movimentos” no aqui-agora.

Por essa ótica, a instância “presente” é a própria materialidade de nossa existência, ação real ou de eficácia imediata, instância essa que não cessa de recomençar para recordar. Digamos que o “presente” se delimita como um corte sensivelmente instantâneo que a percepção percebe em vias de escoamento das “lembranças-imagens”. Com efeito, defende-se que as imagens-presentes em nossa percepção não são a totalidade da matéria; torna-se preciso estendê-la às lembranças-imagens. Ou seja, esse estado do fenômeno dêitico na memória descreve o quanto esse “campo” de relações espaço-temporais necessita ser expandido a fim de abranger essas coordenadas do pensamento ou memória demonstrativa (“aqueles tempos em que...”). Para essa reflexão, Pelbart (2010, p. 15) argumenta que

a função vidente do olho faz com que o objeto percebido se amplie em circuitos cada vez mais vastos, entrando em relação com “lembança-imagem” que ele suscita, correspondendo a planos cada vez mais profundos da realidade. Assim, o atual entra em relação com o virtual (PELBART, 2010, p. 15).

O rastreamento referencial através do globo ocular não se restringe ao espaço físico, a percepção começa no presente, cristaliza-se em lembranças-imagens, alojando-se na lembrança pura. O visionário ou vidente é quem vê no cristal e o que ele vê é o curso do tempo como desdobramento, como cisão ou ruptura. Esse reflexo contém a imagem bifacial, que é, segundo Deleuze (2007, p. 87), o “cristal de tempo”. O cristal é a expressão, um circuito ou metáfora com o intuito de abrigar a duplicidade (imagem atual e imagem virtual). Os registros episódicos da imagem cinematográfica, por exemplo, descrevem também essa “extensão” do campo situacional de relações dêiticas.

Essa “extensão” é vista como força de dispersão dos próprios elementos dêiticos, em especial, a emergência dos sintagmas demonstrativos – “quando eu estou aqui, não estou mais”. O cinema serve a Deleuze para revelar essa outra face do tempo deslizante, multidimensional, que é dobra defasante. O “cristal de tempo”, portanto, não cessa de trocar as duas imagens distintas que o constituem: a imagem atual do presente que passa e a da porção prévia que se conserva. Segundo esse autor, além de distintas, são indiscerníveis, já que não se sabe qual é uma e qual a outra. Para esse autor,

o que constitui a imagem-cristal é a operação fundamental do tempo: já que o passado não se constitui depois do presente que ele foi, mas ao mesmo tempo, é preciso que o tempo se desdobre a cada instante em presente e passado, que por natureza diferem um do outro, ou, o que dá no mesmo, desdobre o presente em duas direções heterogêneas, uma se lançando em direção do futuro e a outra caindo no passado. É preciso que o tempo se cinda em dois jatos dissimétricos, um fazendo passar todo o presente e o outro conservando todo o passado (DELEUZE, 2007, p. 102).

Segundo a visão deleuziana, a imagem-tempo não é o tempo em si, contudo, vemos o tempo no cristal. Desse modo, é possível enxergar o inverso do tempo cronológico, *Cronos* e não *Chronos*, a duração é o que difere de si, não o prosseguir ininterrupto. O estatuto de temporalidade emerge não mais pela metáfora da flecha ou linha do tempo, ou seja, sempre a partir de um presente imediato, puro senso comum. Ao contrário, Deleuze contesta a direção unívoca da flecha ao abolir o princípio da linearidade através do paradoxo do tempo – a via de canalização de multiplicidades.

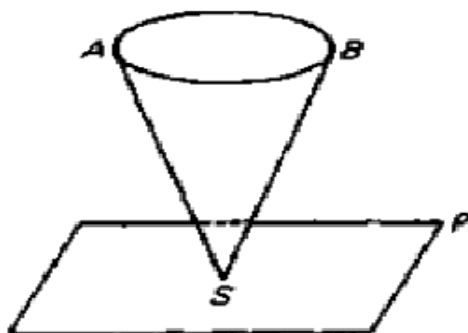
Nessa visão, cada plano de coordenadas dêiticas numa situação prévia é em si a totalidade da lembrança pura em condição contraída; essa imagem-presente é descrita como a expansão do “eu-aqui-agora”. A esse respeito, Deleuze (2007, p. 102) afirma que “nossa duração não é um instante que substitui outro instante: nesse caso, haveria apenas presente. A duração é o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança. Uma vez que o passado cresce incessantemente, também se conserva indefinidamente”. Vale ressaltar que o conceito de “virtualidade” não diz respeito à imaginação ou que seja desprovido de realidade, uma vez que “imaginar” difere potencialmente de “lembrar” e o que está em jogo não é se a lembrança A ou B não contém sentenças verídicas, mas o problema de conceber um campo de coordenadas específico e diferenciado para as expressões indiciais memoriais.

Embora seja útil e ativo, o presente é o que não é mais, puro devir, sempre fora de si. Em contrapartida, o passado, que cessou de agir e de ser útil, conserva-se enquanto passado. O passado é o único que é, rigorosamente falando. Ainda que inútil, inativo, impassível, o passado é o em-si do ser, contrariamente ao presente, que, este sim, se consome e se coloca fora de si. O presente é o que constantemente já era, o passado o que constantemente já é (PELBART, 2010, p. 36).

Sendo assim, cada instância presente também é memória, cada presente se dilui numa atualidade e numa virtualidade ao mesmo instante, condição essa própria da enunciação. Quando pensamos o presente como devendo ser, ele ainda não é, ou, quando o pensamos no interior da própria existência, ele já passou. Se se levar em consideração esse presente “experenciado”, pode-se afirmar que essa imagem atual (presente) consiste em grande parte no passado imediato (BERGSON, 2006, p. 175).

A memória demonstrativa do locutor evidencia, então, essa parte imediata do passado porque a própria percepção (corpo dêitico) é já memória (pensamento indicial). O hábito constante de rejeitarmos as três dimensões temporais (presente, passado, futuro) como coexistentes está na orientação de nosso cotidiano regulado por uma cronologia muito simétrica. A metáfora do cone invertido elaborada por Bergson (2006, p. 178) representa o todo do passado (situações prévias) no qual não se superpõem pontos específicos no curso temporal, mas a condensação das lembranças-imagens em um grau de expansão ou dissipação (campo dêitico de coordenadas perceptuais):

Gráfico 02:



O cone SAB congrega todas as lembranças acumuladas na memória. Na base imóvel AB , concentram-se as lembranças puras, como também se desenham os sutis episódios rememorados, enquanto o vértice S representa o presente, corpo dêitico de coordenadas, dividindo espaço com o plano móvel P , o qual se destina à representação

atual do ambiente. Segundo esse autor, nossa vida psicológica oscila, digamos, entre essas duas extremidades (*A-B* e *S/ S* e *A-B*). De um lado, o estado sensório-motor do presente imediato (os índices do aqui-agora), *S* que orienta a memória da qual é a extremidade atual e ativa. Do outro lado, essa própria memória particular mais a totalidade do passado (*A-B*) inserem na ação presente a maior parcela de si mesma.

Segundo a ótica deleuziana, o tempo torna-se, pois, sujeito porque ele mesmo é uma fissura, dobra defasante, interstício. Os índices de subjetividade implicam, então, uma expansão do presente imediato para clarificar as intenções dos locutores por intermédio de elementos dêiticos retrospectivos (situação projetada/imagem coalescente). Essa visão beira a condição de coexistência ou intersecção temporal tão cara aos dêiticos memoriais. Segundo Pelbart (2010, p. 54-55), a subjetividade é “ao mesmo tempo cisão entre os dois planos e crivo de atualização”. Essa concepção de temporalidade contempla o paradoxo, sumo da essência de cada coisa, de acordo com Deleuze (1990).

Nesse limiar, o paradoxo ou a diferença contesta o senso comum (a ideia de temporalidade cronológica, sucessão das coisas, direção única) e faz emergirem outras faces da temporalidade, o tempo do pensamento, por exemplo. Do imediatismo à simultaneidade. É sabido que a origem do “eu” obedece à projeção da instância presente – “é um só e mesmo “eu” que percebe, imagina, lembra-se, sabe, etc., é o mesmo objeto que eu vejo, cheiro, saboreio, toco, o mesmo que percebo, que imagino e do qual me lembro” (DELEUZE, 1982, p. 96). É o mesmo “eu”, o mesmo locutor que se encontra numa realização enunciativa cristalizada por pensamentos indiciais de uma memória retrospectiva.

Já afirmava Deleuze que (1988, p. 99), “o próprio “eu” (centro dêitico) é já uma contemplação contraente”, ou seja, o sujeito é a própria coalescência temporal – “quando lembro já não sou o mesmo”. Logo, o tempo não está na repetição (condição do tempo linguístico), o tempo cogita diferença (condição do tempo disseminado).

Quando pensamos esse presente como devendo ser, ele ainda não é; e, quando o pensamos como existindo, ele já passou. Se, ao contrário, você considerar o presente concreto e realmente vivido pela consciência, pode-se afirmar que esse presente consiste em grande parte no passado imediato. (...) toda percepção é já memória (BERGSON, 2006, p. 175-176).

Como afirma Bergson (2006, p. 193), “a tendência de toda lembrança a se agregar a outras explica-se por um retorno natural do espírito à unidade indivisa da

percepção”. O processo de localização de determinada lembrança (que não deixa de ser uma operação dêitica) consiste, pois, na expansão e dilatação do ponto de interseção. Essa expansão do eixo de coordenadas recai justamente no problema de conceber, como estatuto enunciativo, a emergência dual: linguagem e pensamento.

De fato, esse argumento introduz a forma do tempo no pensamento – pensamento seria então indissociável desse tempo que fende, racha ou corta o sujeito. O tempo na memória ou no pensamento é, pois, a forma de intuição (o mesmo acontece no fenômeno de deiticidade). Deleuze faz, portanto, emergir a definição de tempo como figura moldante, oscilável, a qual nos possibilita enxergar uma estrutura dual do “agora”. O tempo gera a diferença, e isto no interior do próprio sujeito e do pensamento. Deleuze (1992, p. 44, grifo do autor) supõe ainda uma certa orientação temporal no pensamento: “a imagem em que se dá o pensamento do que significa pensar, fazer uso do pensamento, se orientar no pensamento”. Pelbart (2010) descreve sobre esse plano de imanência ou de interioridade do sujeito ao afirmar que

o pensamento de Deleuze não cessou de explorar tais imagens de tempo, como se elas expressassem não só a variação do tempo, mas *do próprio pensamento*. E, de fato, mais e mais o tempo aparecerá ao pensamento como sua matéria mais íntima. (...) O tempo à luz do Fora e o sujeito como uma dobra defasada (PELBART, 2010, p. 189, grifo do autor).

Para a descrição de características sobre o campo dêitico da memória, esse pensamento do autor ajuda a descrever o tratamento enunciativo dos índices ostensivos de demonstração (*esse-aquele*), muitos deles, não somente classificados como dêiticos memoriais, mas também, nos termos de Recanati (2001, 2013), como “pensamentos indiciais”. Nessa perspectiva, a imagem-tempo se desenvolve naturalmente numa “imagem-linguagem” e numa “imagem-pensamento”. O plano de imanência se instala na ideia do pensamento, ou seja, nos lençóis de passado germinados da lembrança pura e coalescente na lembrança-imagem. A (não) continuidade referencial rege fenomenologicamente a seguinte descrição: “um acidente vai acontecer, acontece, aconteceu; mas também, ao mesmo tempo em que ele vai ocorrer, já ocorreu, está ocorrendo” (DELEUZE, 2007, p. 124). A partir dessa perspectiva, fica claro por que a emergência e o emprego dos dêiticos de memória estão contidos nesses dois planos: o da percepção sensório-motora (imagem-linguagem) e o da ideia (imagem-pensamento). Como interpretar o seguinte enunciado no qual a projeção dêitica é configurada no

interior de uma situação projetada demonstrativa e não necessariamente circunscrita apenas numa dimensão “situacional”? Reflitamos sobre isto:

(4) [...] posso sentir o cheiro do óleo que esfreguei nas luvas e vê-las refletir aqui dentro os raios daquela lâmpada de rua junto à janela (KOTRE, 1997. p. 108).

É possível que um mesmo corpo dêitico projete ou aponte, em forma de âncoras, para outros ambientes discursivos no “mesmo” fluxo temporal. Em (4), é recorrente o uso de expressão indicial (“daquela lâmpada de rua...”), uma vez que a simultaneidade dêitica se enraíza na própria dimensão do locutor, ou melhor, em sua memória particular ou episódica (corpo e memória indicial). A partir dessa afirmação, é possível pensar na expansão do conceito de campo dêitico, não apenas referente ao estatuto social já desenvolvido por Hanks (2008), mas a toda essa “translocação espaço-temporal” incidida na situação projetada, que poderia ser descrita por duas dimensões: “emergência” e “incorporação” dos elementos dêíticos. Na emergência dual de corpo e pensamento indiciais, é possível que uma dada ocorrência enunciativa possa ser relevante mais imediatamente à situação mais aproximada (concepção clássica de dêixis) ou mais imediatamente à situação projetada (dêixis memorial).

Em suma, a partir dessa concepção de temporalidade de Deleuze, é importante destacar que não se defende uma desorganização do estatuto temporal que poderia comprometer a continuidade temática e tópica de determinados episódios (ou memórias episódicas). Esse desdobramento teórico pode oferecer à teoria da dêixis no plano da memória a vantagem de uma interpretação coerente à aplicabilidade desse fenômeno indicial peculiar, que é, naturalmente, extensional. O corpo condensado na memória é o tempo não cronológico correspondente à percepção e ao pensamento. Em outras palavras, o “eu” está “em torno da imagem, atrás da imagem e até mesmo no interior da imagem” (DELEUZE, 2007, p. 152).

Essa ótica é evidenciada em Merleau-Ponty (2011), embora de forma menos enfática ou menos desenvolvida. Isso constitui o fenômeno da percepção, do “lugar” do corpo realinhado, não como ambiente real ou lógico, mas como um meio pelo qual a posição das coisas se torna possível no caminho da temporalidade conduzida pela subjetividade. A existência não pode ser consagrada necessariamente como exterior ou

acidental, “a existência efetiva de meu corpo é indispensável à existência de minha ‘consciência’” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 578).

Analisar o tempo não é tirar as consequências de uma concepção preestabelecida da subjetividade, é ter acesso, através do tempo, à sua estrutura concreta. Se conseguirmos compreender o sujeito, não será em sua pura forma, mas procurando-o na intersecção de suas dimensões (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 550).

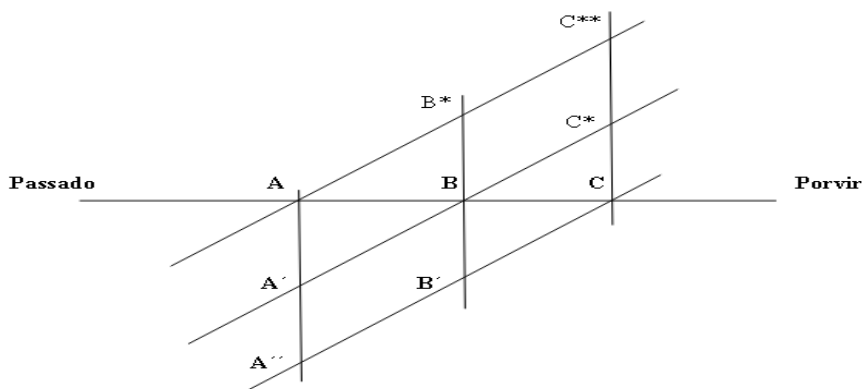
Assim como Deleuze, Merleau-Ponty (2007, p. 556) suscita a ideia de uma conservação corporal das lembranças-imagens. A definição de tempo não pode recuar e abrandar “uma sucessão de agoras”, porque uma percepção conservada não deixa de ser percepção; ela continua a existir e reside no presente. É, pois, no interior de um “campo de presença” que o tempo se reenvia à experiência originária: “eu não penso na tarde que vai chegar e em sua sequência e, todavia, ela ‘está ali’” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 557). A conservação de uma imagem mental não se superpõe à linha do tempo, ela existe nessa mesma linha.

Segundo Merleau-Ponty (2011, p. 556-558), “o tempo não é uma linha, mas uma rede de intencionalidades”, em outras palavras, – as relações temporais são e estarão perpetuadas na percepção imediata de objetos, porém a categoria de tempo não é um dado dessa percepção, pois esta se desdobra e não se encerra no presente, é imprescindível ao tempo “fazer-se e não ser, nunca está completamente constituído” (p. 556-558). Os episódios de nossa vida coexistem no pensamento, uma vez que a própria consciência é contemporânea de todos os tempos.

Merleau-Ponty bebe da fonte fenomenológica de Husserl (2006). Este autor compreende essa perspectiva e classifica o objeto temporal como intencional no interior do qual se imbricam consciência, lembranças, percepção instantânea e possíveis expectativas. Neste prisma, a temporalidade contém uma “duração” e sua gênese traz em seu bojo a ideia de um *continuum* e não de um fim absoluto no presente. O campo dêitico de coordenadas perceptuais não põe em jogo apenas os objetos-referentes percebidos no presente imediato, mas aqueles representados pela lembrança-imagem ou, nos termos husserlianos, pela “relembração”. Há, portanto, uma assimetria entre a percepção do objeto temporal (primeira intencionalidade) e a lembrança deste objeto temporal (segunda intencionalidade). Segundo Husserl (2006), o fluxo temporal da consciência emana, *a priori*, da percepção ordinária (presente) e sua cauda de retenções (passado) que desdobra o curso do tempo. O diagrama (*Zeitbewusstsein*) elaborado por

Husserl (2006, p.22), que privilegia o passado imediato, por exemplo, é reanalisado por Merleau-Ponty (2011, p. 559), representando um corte instantâneo no tempo entre o já-foi e o ainda-não-é:

Gráfico 03:



Neste diagrama, a referência originária é A disseminado em A' e, depois este conjunto através de A'' e assim por diante. Nas linhas horizontais, temos a sucessão das três dimensões ou sínteses, a série dos “agora”, o tempo linguístico ou cronológico (o “eu-aqui-agora” de Benveniste). Nas linhas oblíquas ou inclinadas, contemplam-se os mesmos “agora” vistos de um “agora” ulterior ou imediato, o tempo dissipado (indícios da memória demonstrativa). Neste plano, constatam-se os pontos de interseção entre as dimensões temporais, como também fica mais transparente a conversão da linguagem (intencionalidade do ato) em pensamento (intencionalidade operante) na passagem contínua – $A > A' > A''$. Finalmente, nas linhas verticais, apresentam-se a série dos “agora”.

Esse gráfico descreve por que as operações dêiticas, em sua experiência, não são tão somente um sistema de posições objetivas, “mas um ambiente movente que se distancia de nós, assim como a paisagem na janela do vagão” (MERLEAU-PONTY, p. 562). É possível que B se torne A' e, no mesmo instante, C. Muito embora haja um só fenômeno de movimento ou escoamento. Os instantes A, B e C não são sucessivos, eles se diferem um do outro. O tempo é trânsito permanente, é a passagem contínua de $A > B > C$, de $A > A' > A''$ (...), na qual os termos não se deixam encerrar por um ponto fixo, mas saltam assimetricamente, numa espécie de *ek-stase* sem fim. Essa descrições justificam por que cada “presente” é o escoamento de todo o passado, o qual antecipa a presença do porvir. O presente não se encerra em si mesmo, todavia,

nós não dizemos que o tempo é para alguém: isso seria estendê-lo ou imobilizá-lo novamente. Dizemos que o tempo é alguém, quer dizer, que as dimensões temporais, enquanto se recobrem perpetuamente, se confirmam umas às outras, nunca fazem senão explicitar aquilo que estava implicado em cada uma, exprimem todas uma só dissolução ou um só ímpeto que é a própria subjetividade. É preciso compreender o tempo como sujeito e o sujeito como tempo (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 565-566).

A subjetividade não *está* no tempo, ela *é* o tempo porque não é o ser para si que defende-se, ao contrário, interrogamos o ser em si – “eu mesmo sou o tempo”. De fato, todo campo perceptivo manifesta-se na forma de gestos, assim como de experiências, o que Merleau-Ponty denominou “fatos psíquicos”. Passado e presente são coexistentes porque o tempo “me arranca daquilo que eu ia ser, mas ao mesmo tempo me dá o meio de apreender-me à distância e de realizar-me enquanto eu” (MERLEAU-PONTY, p. 572). Husserl (2006, p. 186) afirma que

todo agora atual se transforma num ‘ainda há pouco’, este ‘ainda há pouco’ por sua vez e continuamente em novos ‘ainda há pouco’, tal que o agora atual é necessariamente e permanece algo pontual, uma forma que persiste para sempre nova matéria.

O campo dêitico sempre vai apontar para outros “aqui-agora” enquanto ponto de origem dêitica até porque se desconsiderássemos esse eixo espaço-temporal de coordenadas não contemplaríamos a recuperação de objetos-referentes na própria estrutura do discurso (CAVALCANTE, 2011, p. 102). Se caso fosse assim, o que poderia existir apenas era um aglomerado de pontos e ocorrências dêiticas diluídas temporal e espacialmente, sem nenhum tipo de orientação no eixo de coordenadas perceptuais, seja ela herdada do campo do “aqui-agora” ou da memória demonstrativa. As abordagens do diálogo entre Deleuze e Merleau-Ponty sobre a temporalidade e suas incursões no campo de coordenadas foram em defesa de um “aqui-agora” enquanto rede de intencionalidades, que evidentemente “transloca” as relações espaço-temporais do presente imediato para abrigar as remissões demonstrativas dos dêiticos de memória na própria condição dual (corpos e pensamentos).

3.2 Memórias episódicas: organicidade e função

A construção, o registro e a cristalização da memória episódica são possíveis graças às informações de testemunhas oculares. Nesse caso, o uso de determinados sintagmas demonstrativos (aquela atenção/este fascínio) depende largamente dessa visão tridimensional dos fatos reatualizada pelo globo ocular e sujeita a falhas de recuperação. Os dêiticos de memória pressupõem a reiteração de objetos de discurso no interior de memórias particulares. Essa condição nos permite enquadrar a organicidade do sistema indicial memorial como “estado especial de consciência”. Vale lembrar que nosso propósito neste estudo sobre os DM não é o de engajar correntes teóricas como a Psicologia Cognitiva e seus desdobramentos (Psicolinguística e abordagens similares). O delineamento desse arcabouço nesse subcapítulo é apenas para clarificar os meandros da organicidade estrutural e temática dos DM, já que se assemelham ao estado configurativo das memórias episódicas.

Na Psicologia Cognitiva, usa-se o termo “episodic memory”, criado por Endel Tulving (1983) com o intuito de dissociar as lembranças de eventos particulares (memória episódica) das lembranças de conhecimento enciclopédico ou generalizado (memória semântica). Essa introdução ao conceito de “memória episódica” permitiu o retorno às qualidades fenomenais da experiência de recordação consciente, uma vez que as pesquisas sobre memória, até então, restringiam-se a modelos experimentais, como os de Ebbinghaus (2005) e William James (1990), referências unânimes para/sobre a Ciência da Memória.

Contudo, a partir da década de 70, a história das ideias psicológicas sofre profundas transformações no tocante ao objeto e método de análise – corpo e mente não podem ser mais considerados entidades estanques porque descrições experimentais não dão conta da aplicabilidade do fenômeno da memória episódica, por exemplo. Sendo assim, o estatuto da subjetividade ganha um novo patamar de investigação diluído no princípio de intuição e pressuposição. A figura de Frederic Bartlett (1932) potencializa essa crítica à linhagem experimental e a defesa por um modelo de análise circunscrito a processos mentais associados à percepção.

Tulving (1983), em seu famoso artigo *Elements of episodic memory*, rompe com esse paradigma de pesquisa laboratorial (memorização de uma lista de palavras),

fazendo realçar o modo especial de organização, representação e função da memória episódica no interior de lapsos de tempos e objetos percebidos. Lembranças-imagens trazem à baila estados conscientes que nos levam a considerar a “experiência” como condição *sine qua non* na tentativa de elucidar traços íntimos da organicidade temática e contextual dos dêiticos de memória.

A partir dessa ótica, não descrevemos a concepção de “memória” como imaginação e fantasia ou mera reativação e recomposição (leiam-se domínios meramente correferenciais). Esses prefixos afixados no radical dessas palavras não contemplam nossos propósitos, pois as imagens do passado, embora reconstituídas, transformam-se e cristalizam-se via canal do presente. Por isso, não defendemos apenas o princípio de recuperação de arranjo dos referentes-dêiticos, mas de dissipação do estado consciente, ou seja, da percepção (o campo dêitico de coordenadas).

Segundo Tulving (1983), a memória episódica traz em seu bojo a sensação de uma viagem mental pelo/no tempo; em contrapartida, outros animais estão desprovidos dessa capacidade inerentemente humana. Essa façanha não é possível em outros sistemas de memória. A memória episódica significa experiência pessoal e redimensiona eventos em tempo e espaço específicos, por isso, a aproximação com os dêiticos de memória. Tulving (2001) propõe três características deste tipo insólito de memória: “(a) a memória episódica é uma extensão pertencente à memória semântica, ao invés de ser um sistema estanque; (b) esses dois tipos de memória diferem no que diz respeito ao tipo de consciência que acompanha as suas operações; (c) tal diferença está relacionada ao problema de classificação do campo perceptual da indicialidade na memória”⁶.

Enquanto a memória semântica permite aos indivíduos representar, discernir e conceitualizar objetos e situações no/sobre o mundo, a episódica reconhece a circunstância atual como lembrança consciente (“conscious recollection”) de uma experiência pessoalmente vivida, acompanhada de um senso de reexperiência do evento original e da crença de que o episódio realmente aconteceu. Conforme explicita Tulving (2001), a memória episódica corresponde à “consciência auto-noética” referente ao

⁶ (a) a single episodic memory is the length semantics memory, rather than being a separate system; (b) these two types of memory differ with regard to the type of consciousness monitors its operations; (c) this difference is related to the problem of classifying the perceptual field of indexicality in memory.

conhecimento de si; são memórias definidoras do “self” e encarnam a consciência de um tempo puramente subjetivo.

Qualquer evento contextualizado no tempo e espaço inclui-se nessa categoria; é comum a articulação de episódios da vida cotidiana como partes de porção prévia. Essa (des)organização de segmentos linguísticos, embora complexa, clarifica as informações impregnadas nos tópicos discursivos ou textuais, ao mesmo tempo em que seleciona e delimita, no interior de uma totalidade mais ou menos coesa, especificidades subjetivas; desde vestígios de caráter semântico às contestações pragmáticas. Já o conhecimento “noético” permite-nos conhecer o mundo, atribuir significados condizentes à contextualização vigente e operar no uso massivo do campo semântico.

Vale ressaltar que a memória episódica não pode ser confundida com a autobiográfica, muito embora a recuperação de episódios seja um dos componentes cognitivos desta. A memória episódica é um termo um pouco mais amplo na medida em que condensa parâmetros autobiográficos e semânticos. Em outras palavras, determinadas características engajam-se no processo constituinte da imagem mental de um evento marcante, abrangendo o “eu”, o “aqui-agora” e julgamentos sobre a trama do acontecimento em destaque. Todavia, se a memória autobiográfica for definida como lembranças de eventos acentuados da história de vida de um indivíduo, o mais provável é que ela seja um processo dinâmico entre a semântica e a episódica (BADDELEY; EYSENCK; ANDERSON, 2011; THERRIault; RINCK, 2007).

Outra reflexão que pode ser relevante é a seguinte: o ponto para o qual uma dada sequência ou segmento discursivo evoca uma imagem de experiência subjetiva pode ser contemplado pelo estudo dos dêiticos de memória, já que toda porção prévia sempre vai redimensionar eventos que englobem corpo e pensamento indiciais. Desde Bartlett (1932), a noção de *esquema* é contestada na Psicologia Cognitiva – um esquema é um segmento bem integrado de conhecimento sobre o mundo, bem como das particularidades desse segmento em eventos (VAN DIJK e KINTSCH, 1983; VAN DIJK, 2004). Então, é possível também que esse conhecimento esquemático (*scripts* e *frames*) possa auxiliar consideravelmente na interpretação do dêitico memorial porque: (a) nos permite construir expectativas ou intuições sobre o enunciado; (b) contribui para que determinada expressão referencial (entidade ou objeto de discurso) torne-se mais

previsível ou diagnosticável; (c) permite-nos preencher as lacunas do processo de interpretação por imagens ou modelos mentais.

Se para o fenômeno da dêixis, o contexto é extremamente relevante, para o de memória, sua integridade ao enunciado é crucial porque a influência desse contextualismo se apresenta, muitas vezes, como sutil, ambígua, complexa e indireta. Os esquemas cognitivos (ou modelos mentais), segundo Van Dijk (2012, p. 12), “podem ser (e parcialmente têm sido) formalizados de maneira que vão além da semântica referencial dos dêiticos”. Admite-se que essas abordagens visam dar conta do processamento estratégico das expressões indiciais, de suas propriedades e pressuposições do discurso, os quais exigem a elaboração de “modelos” para o contexto, porém não restrita à operação semântica. Desse modo, a visão do “contextualista” é panorâmica, pelo simples fato de a compreensão do discurso ser pessoal e “situacional”. Por esta via de formulação, a suposição de uma “translocação espaço-temporal” por Benveniste (1976; 1989) pode dialogar com essa abordagem textual e discursiva do texto, se levamos em consideração o problema da dêixis de memória. Essa reflexão se torna oportuna quando descrevemos as relações semântico-discursivas dos “modelos de contexto”:

(a) os contextos são construtos subjetivos dos participantes; (b) [...] os contextos são experiências únicas; (c) [...] os contextos são modelos mentais; (d) [...] os contextos são um tipo específico de modelo da experiência; (e) [...] os modelos de contexto são esquemáticos; (f) [...] os contextos controlam a produção e compreensão do discurso; (g) [...] os contextos têm bases sociais; (h) [...] os contextos são dinâmicos; (i) [...] os contextos são amplamente planejados (VAN DIJK, 2012, p. 34-36).

Segundo esse autor, esses modelos de contexto representam as propriedades essenciais do entorno comunicativo na memória episódica e englobam categorias como: os eventos, o ambiente espaço-temporal, o (trans)curso das ações, os participantes e suas variadas identidades. Para cada fragmento da “situação” em foco, os contextos são indicados em vez de serem expressos de maneira completa. Por isso, suas propriedades permanecem implícitas e pressupostas. Essas propriedades são de natureza egocêntrica; essa característica define as condições das expressões dêiticas tanto como tratamento semântico (diz respeito à referência incompatível com a noção de referenciação), quanto como tratamento pragmático (diz respeito à adequação dessas expressões ao ambiente comunicativo em curso). Vale ressaltar que essas definições do contexto em termos de

modelos mentais não implicam na redução das influências sociais ou culturais, ao contrário, potencializam as relações entre sociedade, discurso e cognição.

Van Dijk (2012, p. 44, grifo nosso) afirma que “na realidade, a fala não é apenas uma prática social, mas também uma prática mental – a fala é, ao mesmo tempo, *pensamento e ação*”. Ou seja, no uso de dêiticos de memória, fenomenologicamente, nos deparamos com a interseção entre corpo e memória, entre ato e representação, cujos indícios do processamento do discurso estão sempre diluídos na expressão da temporalidade, por exemplo. Poderíamos arriscar que os próprios dêiticos memoriais são os contextos como modelos de episódios da vida cotidiana, na medida em que a indicialidade dos interactantes também representa sua própria ação em progresso, seja corporificada pela instância do presente ou expressa como pensamento indicial pelo canal de acesso à memória. Pressupomos que, se os eventos e atos são parte do campo dêitico e o tópico discursivo diz respeito ao pensamento e planejamento, então, esse “campo” pode adquirir também uma dimensão textual ou discursiva porque “os contextos precisam de mais elementos além do ‘aqui’ e ‘agora’, em especial, alguma *memória* daquilo que foi mencionado previamente ou aconteceu antes” (VAN DIJK, 2012, p. 72, grifo do autor).

4 DÊITICOS DE MEMÓRIA: âncoras da memória demonstrativa

Poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete. Chegados a este ponto, vemo-los a compor-se numa trama densa e homogênea. A coerência do desenho é verificável percorrendo o tapete com os olhos *em várias direções* (GINSBURG, 1989, p. 170, grifo nosso).

4.1 Dêixis e memória: parâmetros de referenciação

As discussões eminentemente expostas até aqui recobrem um problema ainda complexo de descrever, muito menos de emergir descrições moldadas conforme as incursões envolvidas na aplicabilidade do fenômeno dêitico na memória. Já percebemos que a emergência dos sintagmas demonstrativos está associada tanto ao fluxo do tempo real da incursão no campo referencial do presente imediato, quanto à situação projetada em ou para algum contexto mais amplo. A caracterização por Cavalcante (2000a) para os dêiticos discursivos aproxima-se da defesa do nosso problema por considerar a natureza e a operacionalidade dos demonstrativos enquanto circunstanciais:

O termo ‘dêiticos’ é reservado aos pronomes de valor demonstrativo e circunstancial, que mensuram as noções de proximidade/distância no tempo e no espaço a partir da instância discursiva que contém *eu*, explicitamente ou não. Também indicam subjetividade aos tempos verbais, pautados pelos tempos do discurso (CAVALCANTE, 2000a, p. 33).

Vejam como o índice de subjetividade é delineado pelos traços temporais. Porém, percebemos o quanto o funcionamento dos dêiticos circunstanciais está circunscrito à própria temporalidade e à espacialidade do referente. O caso especial é para os Determinantes Demonstrativos (doravante DD), que têm uma realização linguística que proporciona a ampliação do próprio campo dêitico de coordenadas. Esses referentes de demonstração são caracterizados dessa forma pela fluidez que suas categorias linguísticas despertam na progressão referencial do texto.

Essas circunstâncias (operacionadas pelos determinantes demonstrativos) que se dissipam surgem com o intuito de “dar” espaço à expansão do plano temporal do pensamento indicial. Essa “situação” que se dissipa em “lembranças-imagens” e rompe a “continuidade referencial” necessita ser questionada mais a fundo. Nos enunciados a seguir, entenderemos por que, em determinados ambientes, os referentes são expostos como meramente (co)textuais, quando o espaço de orientação permite uma expansão do campo de coordenadas perceptuais. A indicação dessa condição expansiva é porque a

contextualização vai descrever os meios como atingir esse tratamento especial com a dêixis.

Os dêiticos de memória funcionam como invocadores de ambientes que se dissipam instantaneamente, por isso, determinadas estratégias de textualização abarcam a relação íntima de referência e diretividade, transgredindo o campo do “eu-aqui-agora”. Os estudos mais atuais sobre referencialização no Brasil já estabelecem reflexões acerca dessa fluidez na laboridade e recuperação de referentes, fenômenos como “introdução referencial”, “recategorização não-linear” e “recategorização do desejo” partilham desse desafio de redefinir categorias referenciais conforme as particularidades das ocorrências na dinâmica textual-discursiva (CIULLA e SILVA, 2007, BRITO; CAVALCANTE, 2013; LIMA, 2008; RAMOS, 2013).

Esse estado de abordagem acontece também na introdução ou incursão de referentes para a descrição de campos indiciais de diretividade na memória por via do uso de complexos sintagmas demonstrativos. Esse domínio pertence não ao campo físico, mas amolda numa perspectiva textual-discursiva envolvida em qualquer pensamento demonstrativo que incite uma continuidade referencial não linear, discreta e estendida. As categorias referenciais estão ali prontas para serem distendidas e ampliadas a graus diversos conforme a progressão temática ou referencial. As seguintes descrições sobre as relações espaço-temporais que a “recategorização não linear” mantém podem ser apresentadas também na descrição dos dêiticos de memória:

Nas situações que parecem, numa proposta menos complexa, canônicas, essa transformação de sentido ocorreria a partir de *acréscimos a uma menção inicial*. Se assim o fosse, poderíamos falar que a recategorização está ligada à organização superficial (‘cronológica dos fatos’) do texto. Mas, os exemplos nos mostram que a recategorização ocorre para *além desse quadro*, de modo que ela não se limita à alçada do cotexto apenas, mas se encontra, principalmente, no universo do discurso propriamente dito, *sendo a sua manifestação linear apenas uma possibilidade entre outras* (CUSTÓDIO-FILHO; SILVA, 2013, p. 82, grifo nosso).

Veremos nos exemplos elencados para essa discussão que o problema descrito da “não linearidade referencial” nos é extremamente relevante numa textualidade que a qualquer momento pode redimensionar planos sensíveis, porém, difusos de orientação. O trabalho interpretativo recobre a característica das entidades de uma sinalização dissipada: a difusão de categoriais referenciais como os determinantes demonstrativos. Veremos também as diversas relações de continuidade referencial na qual os dêiticos de memória rompem a organicidade cronológica dos fatos e abrem outras dimensões a fim

de recomçar outro evento textual-discursivo com introduções referenciais cercadas de Sintagmas Nominais Demonstrativos (doravante SND) e condensadas por porções textuais mais amplas.

Notaremos como o contexto evoca situações sensivelmente momentâneas e que tornam os “estados de consciência” difusos: os enunciadores partilham o mesmo fluxo temporal, quando, na verdade, não estão mais nesse mesmo limiar referencial (relações espaço-temporais). Hanks (2008, p. 177) descreve que “uma ‘situação’ é um espaço de possibilidades de monitoramento”, porque o “eu-aqui-agora” não é um campo no qual os referentes estão efetivamente copresentes, mas existem e coexistem a partir de potencialidades desse próprio campo que decide se afrouxar, além de abrigar uma situação que é projetada, aponta para vários lados. Supomos então que o monitoramento dos dêiticos da memória está envolvido por uma espécie de ajustamento mútuo *in situ* dos próprios referentes simultaneamente situados (APOTHÉLOZ, 2003). Essa relação de ajuste está ancorada nas experiências prévias dos enunciadores e no ponto focal de orientação em confronto com as implicações do pano de fundo ou “novo” horizonte desse ponto de referência.

A emergência de SND expande o âmbito do “contexto” que transita de um presente vivido da percepção situada a um passado rememorado e sedimentado através de lembranças-imagens cristalizadas por experiências, denominadas “porções anteriores”. Essas porções anteriores estruturadas por SND parecem atualizar o espaço de focalização e progressão referencial, englobando a percepção atual e a situação projetada. Entendemos que a diacronia inscrita na própria língua é uma condição essencial para o contexto em qualquer nível de análise, tanto para a progressão referencial em imagens visuais (multimodalidade), quanto para a configuração referencial de eventos episódicos imbricados na própria dinâmica do texto.

No caso desses referentes memoriais, o campo demonstrativo adere um campo de relevância “interperspectival” no qual o enunciador sugere conectar modos diferentes de progressão referencial a fim de estabelecer uma ordem temática na organicidade textual não linear. Essa reflexão resulta na resposta ao campo dêitico supostamente “expandido”, o qual é o próprio campo que sofre transformações de monitoramento. Veremos nas análises a seguir que há, no próprio campo demonstrativo dos dêiticos (de

memória), uma “mudança de foco” realizada por meio da categorização de seus referentes.

Vale ressaltar que o fato de que os enunciadores usam os SND (supostamente indiciados como dêiticos de memória) como uma espécie de acréscimo ou entorno situacional é uma condição indiscutível, porém, em qualquer grau de expansão, esses DM ultrapassam esse estado de reordenação dos eventos para realçar também a qualidade de operadores argumentativos, uma vez que o próprio SND elencado para descrever a porção anterior é revestido por pontos de vista implícitos em um mero “esse” ou “aquele”. Queremos dizer que o próprio distanciamento de entidades referenciais na trama discursiva pode acarretar em decisões extensivamente axiológicas.

As incursões que se imbricam nesse estudo são para entender como as ocorrências indiciais mais complexas participam de um processo disseminado em um olhar mais abrangente do campo dêitico imediato. “Cenários e campos demonstrativos são desenhados para se projetarem em novas incorporações”: esse estado de amoldamento permite-nos descrever a condição da dêixis de memória; nem todos os objetos ou entidades referenciais estão “copresentes” na situação descrita (HANKS, 2008, p. 189). Então, o que fazer com esse DM da porção anterior que se prolonga na organicidade textual em forma de SND? Cavalcante (2004, p.6) expõe que “a decisão de escolher formas distintas de expressão de referência nunca é ingênua, porque tanto anafóricos como dêiticos são fabulosos meios de veicular pontos de vista do enunciador”. A partir dessa afirmação, é interessante observar que o campo dêitico reatualiza-se logo após a inferência de complexos determinantes demonstrativos, é como se o uso desse objeto de discurso especial estivesse circunscrito por um *habitus* mental implícito, uma espécie de estratégia cognitiva de orientação “consciente” para religar o episódio subsequente.

Através de Mondada e Dubois (2003, 2005), percebemos porque as expressões referenciais não podem ser descritas como totalmente estáveis já que esse processo permite a desestabilização momentânea das próprias categorias inscritas tanto no cotexto quanto no contexto. Mais do que cotextuais, são cognitivas, culturais e discursivas. Esse acesso entre domínios e correntes teóricas nos permite descrever a expansão dos DM como categorias mais ou menos estáveis, cujas remissões não se movem de forma regular ao final de uma linha ou parâmetro referencial.

Na literatura sobre a referenciação, segundo Cavalcante (2003), as expressões referenciais podem pertencer a duas classes: os objetos de discurso que possuem como função a continuidade referencial (correferenciais) e aqueles desprovidos dessa função no plano literal (introdutores referenciais, anafóricos, dêiticos ou encapsulamentos anafóricos), porém, na verdade, esses últimos partilham dessa continuidade, mas de forma não linear. Estudos mais recentes no Brasil, em Custódio Filho e Silva (2013), nos direcionam para o contato com domínios referenciais imersos nesse problema da “continuidade referencial” como a introdução referencial e a recategorização não linear. Na emergência dos DM, essa classificação adere ocorrências e aplicabilidades semelhantes por nos promover múltiplas estratégias cognitivo-discursivas. Queremos dizer que um dêitico de memória em determinado evento pode condensar a função de introdutor referencial, anafórico, encapsulador, etc.

O problema também está em descrever as circunstâncias em que acontecem essas funções eminentemente difusas, na tentativa de responder às dificuldades de retenção da informação de uma porção localmente anterior, mas que já se cristalizou em outros eventos como “imagens-referentes” e decidem retornar também como um possível operador argumentativo. Talvez essa descrição de uma expressão referencial ser ou não composta por uma denominada continuidade referencial precisa ser reformulada para uma extensão situacional que abrigue a potencialidade dessa continuidade, porque a própria recategorização não linear ou a progressão referencial em fotografias ou episódios, por exemplo, também estão emparelhadas nesse dilema (CUSTÓDIO-FILHO; SILVA 2013; CAVALCANTE; LIMA, 2013, RAMOS, 2013).

Através do engajamento cognitivo (as retenções das experiências prévias), o ambiente contextual e as posições ou expansões dos DM emergiram no curso de diferentes fluxos temporais, os quais nos possibilitaram entender não apenas a relação distal-proximal dos objetos focalizados, mas, em especial, a forma com que e por que essas estratégias são operadas como introdutor referencial, como anafórico ou como dêitico. Se esses signos são naturalmente difusos, suas funções podem ser multifacetadas (CIULLA e SILVA, 2007). Identificamos nos exemplos escolhidos para análise que os SND, além de organizar espaços de orientação difusos, condensam posicionamentos argumentativos.

Apothéloz e Chanet (2003) nos alertam para o fato de que definidos e demonstrativos designam não uma enunciação única (entenda-se: “continuidade” no plano referencial), mas uma sequência mais ou menos longa de enunciações. Isso acontece porque o valor não determinativo de uma entidade lexical é reajustada pela presença de SND, às vezes, (re)categorizando-a com o uso do próprio pronome demonstrativo. Essa reflexão nos faz crer na característica de informações-suporte, contudo, na emergência dos DM essa classificação se rompe devido ao fato de que, em um instante inesperado, um sintagma nominal é revelado para apresentar um “novo” episódio que, por algum ponto focal, pode ou não se relacionar com a porção anterior. As manifestações desse fenômeno podem ser evidenciadas até pelo uso de demonstrativos neutros como “isso” ou “aquilo”.

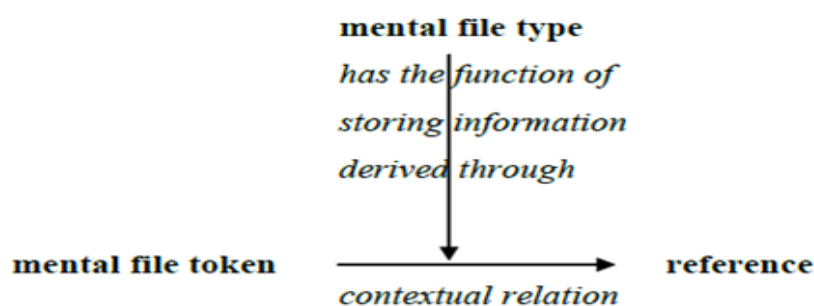
É interessante observar que não se concebe uma mudança de ponto de vista no campo de coordenadas dêiticas como recurso meramente lexical, mas pelos estados de rompimento tópico de valor textual e discursivo com que aquela ou essa circunstância opera. Esses determinantes demonstrativos são um dos indícios de que o leitor deve se aprimorar para então refletir sobre a escolha do DM naquela instância de discurso. A progressão referencial, a escolha por um determinante demonstrativo, sua dimensão resumidora e a expansão do campo dêitico de alguns segmentos textuais implicados no processo são alguns dos problemas com que nos deparamos aqui.

Identificamos nos exemplos de Gary-Prieur e Noailly (2003, p.230-231) que os dêiticos de memória podem ser descritos também como “demonstrativos insólitos”, mas, segundo tais autoras, “nada no contexto anterior prepara para o aparecimento de demonstrativos” e continuam: “o recurso à explicação pela dêixis não é mais possível pelo menos se nos atemos ao que se entende normalmente por isso”. Se se concordasse com a primeira afirmação, duas reflexões mereceriam ênfase: (a) a referenciação se reduziria a anafóricos ou entidades meramente correferenciais. (b) o engajamento de fenômenos como a introdução referencial, as recategorizações não lineares ou os próprios dêiticos memoriais se realçaria abrangendo o problema da “continuidade referencial”.

Essa descrição das autoras é coerente até o ponto em que a explicação por uma visão clássica de dêixis não se configura como adequada para a interpretação desse tipo de referente. Contudo, é incoerente o argumento da não relevância de acesso à porção

anterior, uma vez que a própria condição prévia de outra “situação” (memória demonstrativa) nos revela indícios importantíssimos para a definição de um dêitico de memória. Podemos encontrar algumas respostas para as lacunas da referenciação demonstrativa nesse gráfico formulado por Recanati (2013, p.3):

Gráfico 04:



The Indexical Model for Thought

No gráfico, é possível entender como os pensamentos indexicais (que podem ser descritos como dêiticos de memória) se correlacionam com um certo tipo de relação contextual com algum objeto de discurso (ou referente) do arquivo mental (memórias episódicas). Esse modelo indicial para o pensamento ou para memória sugere que arquivos mentais só armazenam e constituem informações de uma porção anterior em virtude de estarem nessa relação contextual com o referente. Da mesma forma, os sintagmas demonstrativos, tais como “aquele homem” ou “aquela coisa” são baseados em certas relações contextuais a objetos em virtude das quais não podemos apenas percebê-los na relação contextual “situacional”, mas também concentrar a nossa atenção sobre eles de uma forma mais distendida conforme as âncoras de uma relação contextual na memória demonstrativa:

Quando já não estamos em posição de perceber o objeto fisicamente ou a concentrar a nossa atenção sobre ele, nós não podemos mais pensar nisso sob o modo de apresentação demonstrativa de que depende a existência de uma relação demonstrativa adequada. [...] Como já foi apontado, já não posso pensar em um lugar como “aqui” se eu não mais ocupo esse lugar. E eu não consigo pensar demonstrativamente em um objeto se já não posso percebê-lo (RECANATI, 2013, p. 4)⁷.

⁷ When we are no longer in a position to perceive the object or to focus our attention on it, we can no longer think of it under the demonstrative mode of presentation which depends upon the existence of a suitable demonstrative relation. As I have just pointed out, I can no longer think of a place as HERE if I

Em ambos os casos, no entanto, um outro modo de apresentação – um outro arquivo, baseado em relação a um outro objeto-referente – torna-se disponível como uma espécie de substituto referencial cristalizado na memória. Essa é a defesa por um modelo indicial no plano da memória por Recanati e que pode contribuir para a descrição das estratégias de uso dos DM. Fica mais clara a descrição desse processo na citação a seguir:

Por exemplo, quando um modo demonstrativo de representação sai de existência é porque a relação demonstrativa em que se baseia não mais se mantém, uma outra relação venha a sustentar, em virtude da qual *eu me lembro do objeto*. Naquela relação, outro modo de representação é baseado, distinto, mas estreitamente relacionado com o modo de representação demonstrativa originária. [...] Vamos denominar o novo modo de representação de *memória demonstrativa*. Assim como os modos demonstrativos de representação são baseados em relações demonstrativas em virtude das quais uma delas pode perceber o objeto, as memórias demonstrativas são baseadas em certas relações em virtude das quais uma pode lembrar o objeto. Através de nossas memórias do objeto podemos concentrar a nossa atenção sobre o objeto, *mesmo após o encontro perceptual ter encerrado* (RECANATI, 2013, p. 4, grifo nosso)⁸.

Segundo esse autor, podemos dizer que o demonstrativo “aquele homem” [que eu vejo] é convertido em uma memória demonstrativa “aquele homem” [que eu vi]. Da mesma forma, “aqui” pode ser convertido em “lá” e “agora”. Recanati formula uma relevante questão: o que acontece quando a relação contextual para o objeto de discurso ou referente deixa de se realizar temporariamente? A resposta, segundo Recanati (2013, p.5), é a seguinte: “quando a relação contextual para o objeto ou entidade referencial é cortada, o arquivo temporário com base no que ele desaparece, é transferido para o novo arquivo”. Vejamos o exemplo a seguir:

- (1) Você vê um pássaro no fundo de seu jardim. Você olha para ele de perto e, ao mesmo tempo, acha que não viu aquilo aqui antes. Mais tarde, você pode recuperar o pássaro na imaginação visual, talvez, pensando que eu me pergunto se aquilo era um migrante [ave de arribação]. Além

no longer occupy that place. And I cannot think demonstratively of an object which I can no longer perceive.

⁸ For example, when a demonstrative mode of presentation comes out of existence because the demonstrative relation on which it is based no longer holds, another relation comes to hold, in virtue of which I remember the object. On that relation another mode of presentation is based, distinct from but closely related to the original demonstrative mode of presentation. [...] Let us call the new mode of presentation a 'memory demonstrative'. Just as demonstrative modes of presentation are based on demonstrative relations in virtue of which one can perceive the object, memory demonstratives are based on certain relations in virtue of which one can remember the object. Through our memories of the object, we can focus our attention on it even after the perceptual encounter has ended.

disso, em outros encontros perceptuais com pássaros, às vezes, você reencontra mesmo pássaro, e pode voltar a formar novos pensamentos sobre isso, como aquela ave tem uma música agradável... (RECANATI, 2013, p. 5)⁹.

Segundo esse autor, durante um episódio em que [eu olho] para um pássaro e concebo um determinante demonstrativo “aquela ave”, pode-se formar uma série de pensamentos demonstrativos, envolvendo esse conceito idêntico que se refere à mesma ave, ou seja, o pássaro que o enunciador demonstrativamente relacionou para todo o curso temporal do campo perceptual. Assim que a relação demonstrativa é desestabilizada, o determinante demonstrativo desaparece (ou melhor, é convertido na visão de Recanati), mas só durante o intervalo de tempo no qual a relação com o DD mantém-se, podendo ser exercido tantas outras vezes, acumulando informações sobre o pássaro para porções subsequentes.

Quando um referente é percebido, e algumas informações sobre ele são adquiridas, “aquela” informação é tipicamente preservada na memória e disponibilizada quando o objeto é reconhecido novamente. Nesse instante, há o contato ou pelo corpo ou pelo pensamento indicial e uma nova informação pode enriquecer o corpo inicial de expressões referenciais. Isso quer dizer que as porções anteriores podem sim descrever um estatuto axiológico sobre o uso de SND. Nessas discussões, fica evidente que os dêiticos memoriais partilham de funções tanto anafóricas quanto dêíticas. Logo, apresentar-se-ão como formas híbridas, pois se comportam simultaneamente no processo de referenciação. Em sua tese, Cavalcante (2000a) atesta esse comportamento híbrido e defende que essa remissão indicial é motivada pelo “espaço extralinguístico” ou “geográfico” (presente imediato), pelo intermédio de inferências (“conhecimento partilhado”) e pelo “contexto” (“ambiente situacional e demonstrativo”).

Cavalcante (2000a) sustenta uma ótica que nos interessa: é possível constatar as remissões e expansões a conteúdos difusos (temporal-espacialmente) dos dêiticos discursivos (como também os de memória) porque os mesmos determinantes demonstrativos que partilham da dinâmica de referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003) são revestidos pela função substantiva, diferentemente de outros circunstanciais

⁹ You see a bird at the bottom of your garden. You look at it closely, and at the same time think I haven't seen that in here before. Later on you can recall the bird in visual imagination, perhaps thinking I wonder if that was a migrant. In addition, on further perceptual encounters with birds, you sometimes take some bird to be the same bird again, and can again form further thoughts about it, such as that bird has a pleasant song...

que se restringem à função de advérbios (aqui, lá, agora). Podemos apontar que esses últimos têm um grau de deiticidade ainda menos saliente do que os de função substantiva. Esse contraste nos é importante porque a expansão do campo dêitico é favorável à existência relevante da categoria dos demonstrativos que se amoldam uniformemente ao ponto de vista do enunciador. Supomos que o objetivo central é expandir esse campo de coordenadas perceptuais (campo dêitico da memória) a fim de abranger o corpo difuso de referentes coemergentes. Esse fato revela por que as relações espaço-temporais envolvidas no condicionamento dêitico revelam a percepção distendida dos objetos-referentes. Ao contactar ou perceber indícios de um DM, há o afrouxamento das coordenadas de diretividade no momento em que o interlocutor acessa a memória demonstrativa (acervo de lembranças-imagens cristalizadas em DD). Para isso, uma mudança no conceito de campo dêitico é extremamente favorável. Cavalcante (2000a) propõe para esse ambiente de coordenadas perceptuais (da memória), um “campo mostrativo imaginário”:

- (a) o “campo mostrativo situacional” (como o fazem os anafóricos-dêiticos);
- (b) o que poderia também representar um tipo de “campo mostrativo imaginário”, já que os referentes situados na memória cultural dos interlocutores não deixam de constituir uma imagem mental;
- (c) o próprio “campo mostrativo textual”, mas considerando suas dimensões físicas a partir da última formulação do falante;
- (d) o próprio “campo mostrativo textual”, mas sem considerar o referencial do falante; (CAVALCANTE, 2000a, p. 123).

Essa proposta pode encaminhar o percurso de nossa investigação para o fato de que a escolha preferencial pelos determinantes demonstrativos está em acordo com diferentes condicionamentos das operações dêíticas, inclusive as de memória que não partilham das mesmas experiências do “campo mostrativo situacional”. É interessante que Cavalcante (2000a) descreve esse “campo mostrativo imaginário” a fim de condensar esses condicionamentos de coordenadas de cada dêitico no plano da memória (registro de situações prévias em expressões indiciais demonstrativas). Porém, torna-se necessária ainda a caracterização desse plano situacional imaginário a fim de registrar a estratégia de ampliação da referência de conteúdos afins dos pronomes demonstrativos. O problema está em descrever a natureza dos demonstrativos com função substantiva e não necessariamente adverbial uma vez que os indícios dos circunstanciais adverbiais são categorias muito mais explícitas pela homologação ou fixação do lugar físico na

dinâmica textual. Os de memória ancoram em um tratamento referencial circunscrito à situação (CAVALCANTE, 2000a, p. 135):

Como declaramos no item anterior, os pronomes demonstrativos de terceira pessoa têm o poder de remeter a um momento distante do tempo de formulação. Assim, "aquela" invoca um saber comum dos participantes da conversa, solicitando ao ouvinte que esquadrinhe, em sua *memória*, um referente identificável por ambos. Por isso, a presença do pronome de terceira pessoa em contextos assim motivados não pode ser interpretada como um fato contingente. *Aquele* e variantes constituem um expediente bastante apropriado para as remissões ao passado (CAVALCANTE, 2000a, p. 129, grifo do autor).

O emprego de SD como este/esse/aquele provoca mudanças no foco de atenção dos leitores, logo a escolha de um ou outro opera como recurso para indicar uma referência *in absentia*, ou seja, não evidenciada no cotexto, nem na situação enunciativa imediata. Segundo Apothéloz (1995) *apud* Cavalcante (2011, p. 113), “é como se o demonstrativo fornecesse uma indicação linguística de que o campo dêitico saliente (porém não o único) para a localização do referente mencionado é o campo da memória, não apenas o da situação comunicativa ou situacional”. O argumento de “não ser o único” é extremamente relevante para a retenção da porção prévia porque essa mesma “ancoragem” é que fornece ao interlocutor a sensação de ser um acesso imediato ao estado cognitivo, uma espécie de arquivo mental de experiências prévias. O que fica evidente também no estudo de Cavalcante (2000a) é que o pronome demonstrativo aquele e variantes está circunscrito no conhecimento compartilhado dos interlocutores, embora o condicionamento dessa tipicidade de referente esteja contido na ideia de afastamento físico do enunciador. Esse próprio afastamento deixa vestígios na dinâmica textual a partir das âncoras que apontam para a memória demonstrativa. Esse fato é evidente porque alguma porção anterior é experienciada e, por isso, comum aos falantes. A essas espécies de remissões, Cavalcante (2000a) reconhece variados “graus de deiticidade”. Essa reflexão é relevante para os propósitos deste estudo.

A continuidade e progressão referencial dos DM organizam-se dessa maneira e estão além de um quadro pautado na organicidade superficial (cronológica) do texto. Podemos nos questionar quão distante e extensivo um enquadre contextual precisa ser para incorporar cadeias referenciais em instâncias projetadas na memória e fundadas na expansão de dimensões indiciais. Supomos que para os dêiticos de memória uma base indicial do discurso origina a homologação e expansão de SND, o problema é descrever

qual é a base originária ou germinativa que engatilha a memória demonstrativa para, enfim, caracterizar essa tipicidade de referente segundo suas funções.

4.2 Marcações e expansões dos dêiticos memoriais

Do mesmo modo que os anafóricos correspondentes cumprem o procedimento dêitico de chamar a atenção do destinatário para um referente do contexto recategorizando-o sob um novo aspecto presente no conhecimento comum. Mas, ao contrário dos anafóricos, que retomam referentes pontuais, eles [os dêiticos discursivos da memória] resumem porções inteiras do discurso anterior, *além de sempre ampliarem a referência a conteúdos afins* (CAVALCANTE, 2000a, p. 145; grifo nosso).

Supomos que os dêiticos memoriais só são revelados na dinâmica textual-discursiva a partir de um ambiente referencial (co)emergente, porque, em um dado momento da enunciação, algumas pistas contextuais levaram o locutor a inserir SND. Descrevemos esses mesmos sintagmas como “axiológicos” porque mesmo as operações e estratégias discursivas estão envolvidas como elemento referencial que aparentemente só faz localizar ou focalizar pontualmente. Porém, percebemos que o próprio emprego desses circunstanciais está envolvido no afrouxamento perceptual das coordenadas no campo dêitico. Cavalcante (2000a, p.45) defende também que a expansão do campo dêitico deve ser levada em consideração devido à abrangência que esse campo discursivo pode alcançar – “as transferências da dêixis espacial e temporal para o campo dêitico-discursivo sugerem muito mais que lugar e tempo. São inseparáveis e indispensáveis na indicação do posicionamento do emissor”. Ou seja, as estratégias dos planos temporais podem ser facilmente delineadas pela subjetividade, pela figura do enunciador. Logo, vê-se o quanto esse ambiente referencial dos DM apresenta-se como simultâneo na estabilização das categoriais referenciais denominadas como demonstrativos. Veremos o quanto são constantes as remissões extensionais que vão além do plano sensorio-motor, essas mesmas remissões se aproximam da forma “contexto” como estatuto argumentativo e não apenas da simples condensação de porções eventuais.

Nesse ponto, a dêixis atinge um caráter que não é apenas necessariamente “egocêntrico”, pelo simples fato de coemergirem multidimensionalidades pela estratégia de demonstração. Os modos de retenção ou retomada podem ser semelhantes a outros domínios referenciais, contudo, a funcionalidade de um operador demonstrativo não

apenas retém a porção anterior, mas traz consigo um novo ambiente discursivo à cena de enunciação (o que posteriormente poderíamos denominar por “imagens-referentes”). Esse fenômeno pode suscitar no leitor a sensação de que o emprego desses SND não se relaciona tematicamente com a porção anterior que rompe a própria continuidade referencial. Mas, isso é apenas uma impressão. A finalidade desse subcapítulo é dar uma explicação de coocorrências de expressões referenciais demonstrativas as quais levam o leitor a experienciar uma projeção temporal passada composta por dêiticos temporais (de memória) que implicam uma referência à situação de discurso estendida (pensamentos indiciais).

Convencionalmente, a dêixis é revelada potencialmente por um dado contexto de enunciação e não é diferente com os DM. Os pronomes, sejam eles demonstrativos, adverbiais, temporais, espaciais ou mesmo pessoais, produzem naturalmente focos de atenção ou pontos de ancoragem, os quais são importantes para o leitor monitorar o “campo” de modo coerente, mas não necessariamente linear. Por esse ponto, não se quer dizer que não há limites para esse domínio referencial. As expressões dêiticas estão também intrinsecamente ligadas a outras tipicidades de referentes. Normalmente, os pronomes demonstrativos nos oferecem um caráter de ação gestual relativamente concernente às localizações espaciais (proximal ou distal). Contudo, embora esse mecanismo esteja presente nos dêiticos memoriais, as formas com as quais os enunciadores deslocam o centro dêitico não suscitam, apenas, um comportamento sensório-motor (como meros pontualizadores).

Parece-nos útil a possibilidade desse centro dêitico incorporar e condensar um espaço de várias dimensões em uma única expressão referencial. Processos intitulados de “projeção dêitica”, por Lyons (1977), ou “deslocamentos de pontos de vista”, por Fillmore (1975), fazem-nos compreender a progressão textual no interior de cadeias referenciais que se ampliam ou se dissipam cada vez mais. Essa reflexão não destoa do problema dos dêiticos memoriais. “Não basta ter apenas um único índice dêitico para o tempo da enunciação, mas determinar quantos índices de tempo precisamos, o que parece depender da própria enunciação” (LEVINSON, p. 117). Vejamos o exemplo a seguir:

- (1) A infelicidade diminui a sagacidade. Nosso herói teve a infelicidade de passar por essa pequena cadeira de palha de fundo, que, anteriormente, tinha visto triunfos tão

deslumbrantes. Hoje, ninguém falou com ele, sua presença era de alguma forma despercebida (VUILLAUME *apud* MOESCHLER, 1996, p. 9)¹⁰.

Nesse exemplo, o que compõe a progressão referencial não são somente os itens linguísticos, mas em muitos casos, um complexo híbrido constituído por uma condensação de cadeias referenciais, objetos físicos e movimentos oculares (ou corporais), além da sobreposição espaço-temporal no plano da memória. A inserção do SND “essa pequena cadeira [de palha de fundo]” é um caso de dêitico de memória; não apenas porque o demonstrativo “essa” indicia a contiguidade temporal do evento (essa pequena cadeira que me fez recordar aquela “situação”). Parece que a infelicidade do herói suscitou no arquivo mental do enunciador a experiência com “essa pequena cadeira”. Esse sintagma nominal não se localiza no presente imediato da enunciação, pois coemerge através do campo mostrativo imaginário do locutor, ou seja, o objeto de discurso “essa cadeira...”, de forma ilusória, está próximo do enunciador, contudo, o contato com esse referente só é possível pela memória demonstrativa.

Essas operações são feitas por essa tipicidade de memória e normalmente produzem estratégias cognitivo-discursivas muito distintas na tessitura textual. Os dêiticos de memória têm a função de provocar um movimento de ancoragem entre porções no campo perceptual, mas devemos entender esse percurso sensivelmente “contextual” para delimitar o que está por trás do fluxo de coordenadas (de)mostrativas. Há uma função refocalizadora independentemente do fato de o referente em saliência ser difuso ou não, e esse fato deve ser levado em consideração a partir do campo dêitico do enunciador (CAVALCANTE, 2000a, p. 135-139).

Essas discussões nos levam a crer que os sentidos das expressões referenciais não necessariamente estão contidos na própria descrição de suas funções, mas no próprio contato do corpo com o ambiente textual ou discursivo. Pelo visto, deve haver um universo referencial reconstituído atrelado ao curso “linear” ou temático do referente de demonstração. Até aqui, podemos averiguar que esses sintagmas nominais demonstrativos engatilham a situação prévia por meio de um ponto “reexperenciado”, que serve ao coenunciador como um ponto secundário ou intermediário de referenciação. Desse modo, é possível que o leitor, ao se deparar com esse novo

¹⁰ Unhappiness diminishes wit. Our hero had the misfortune to stop by that small straw-bottomed chair, which, formerly, had seen so dazzling triumphs. Today, no one spoke to him; his presence was somehow unnoticed and even worse.

universo discursivo, possa enveredar para outros focos de atenção, que não são os mesmos do enunciador pelo simples fato de os eventos rememorados serem copresentes. Essa própria condição faz desvirtuar o campo de orientação das relações espaço-temporais. Três pontos merecem destaque para as estratégias de textualização dos dêiticos de memória:

- (a) o universo referencial só é saliente ao interlocutor pela memória demonstrativa do enunciador;
- (b) Isso quer dizer que os indícios da memória demonstrativa, coemergência de SND, operam determinativamente pela condição de inferências;
- (c) Os dêiticos de memória são reconhecidos pelo interlocutor em primeira instância por redirecionar outro plano consciente de coordenadas perceptuais, logo esse “outro plano de coordenadas” apresenta-se como a situação projetada sobre os mesmos referentes na dinâmica textual.

À luz dessas descrições, Follesdal (2003, p. 105) afirma que “um tratamento adequado dos dêiticos obriga-nos a rever a nossa concepção de mente e sua relação com o mundo”, ou seja, essas tipicidades de referentes integram nossas conexões mentais ao corpo e vice-versa; essas incursões operam numa interação complexa que exige a coemergência de objetos físicos e mentais (leem-se memoriais). Vale ressaltar que a tomada de posição pelo actante através de elementos dêiticos não trata o referente como associado a cenários e entidades reais – estamos lidando não com o mundo físico do procedimento de referência, mas à representação afetiva desses mesmos signos linguísticos. Vamos ao exemplo seguinte:

- (2) No momento da nossa conversa, eu tinha sido um pesquisador e psicólogo por um longo tempo, havia publicado uma série de artigos em vários jornais, tinha sido promovido a professor titular... Mas, também, não tinha escrito o meu livro ainda. Tentando esconder a minha vergonha, eu mudei o tema da conversa, mas eu nunca completamente recuperei-me do impacto emocional desta ocasião comentada pelo meu amigo. Daquele dia em diante, eu comecei a pensar em escrever “meu livro”. (TULVING, 1983, p. 7)¹¹.

¹¹ At the time of our conversation, I had been a researcher and psychologist for a long time, had published a series of articles in various newspapers, had been promoted to full professor... But, also, had not written my book yet. Trying to hide my shame, I changed the topic of conversation, but I never quite got over the emotional impact of this occasion by my friend commented. From that day on, I started to think about writing "my book".

Mencionamos duas circunstâncias cujo elemento demonstrativo opera por funções discursivas distintas, mas que se complementam. Pressupõe-se que o enunciador tenha projetado o sintagma nominal demonstrativo “desta ocasião” não apenas como anáfora encapsuladora nem, por outro lado, como uma forma que remete a um evento já delineado ou específico (estatuto anafórico processual). Entendemos que o leitor deve elastecer a abrangência do campo dêitico de modo a aceitar um afrouxamento das coordenadas espaço-temporais, uma vez que a forma de demonstração desse item referencial nos dá a impressão de um ambiente de retrospecção. As informações retidas e condensadas em “desta ocasião” nos dão a imagem de uma atividade anafórica muito focal e linear. Mas, embora o SN “desta” exija um espaço de proximidade pelo simples fato de o episódio ser diretamente acessível ao enunciador (pelo menos), esse uso do demonstrativo oferece uma abertura de outro evento projetado, que possivelmente foi marcante. Essa “ruptura” na própria camada do universo referencial faz coemergir no arquivo mental do locutor a escolha por “desta ocasião”, porque essa experiência já fora vivenciada ou percebida em outras dimensões discursivas. Mas, por que a opção por um determinante demonstrativo de proximidade? O campo “situacional” remete ao espaço de recuperação “desta” ocasião, mas as âncoras desse demonstrativo não apontam para esse campo apenas.

O SN “daquele dia” funciona como anafórico indireto se correlacionarmos com o procedimento anafórico de “desta ocasião”, o que há certamente é uma certa ancoragem no interior de uma mesma porção prévia. Queremos dizer que esse SND é apresentado ao leitor como forma de mediação/conexão entre um evento e outro, uma espécie de ancoragem a partir de “desta ocasião”. Os limites desse objeto de discurso (“aquele dia”) estão contidos no modo de conceber essa mesma expressão dêitica como introdutor referencial já que há outro fluxo de orientação similar a “desta ocasião”. As âncoras desse domínio referencial não só apontam ou caracterizam-se no plano sensorio-motor da percepção, porque não estamos lidando apenas com dêiticos temporais e espaciais (“daquele dia em diante”), o qual aponta de forma catafórica. O problema maior está em refletir se podemos conceber esse trajeto anafórico desse item referencial como dêitico de memória pelo fato de essas expressões referenciais ancorarem no percurso de “desta ocasião” a “daquele dia”. Vejamos outro exemplo:

- (3) Em minha memória, aquela brancura das luvas se destaca contra o fundo negro do pó de carvão que o matou [...] [Os sons se tornam ecos distantes] (KOTRE, 1997. p. 12).

Os índices desse enunciado como “em minha memória” podem nos levar a pressupor que o emprego do SND “aquela brancura das luvas” redimensiona algum tipo de pensamento indicial. Essa afirmação não pode ser rejeitada, porém devemos encontrar as justificativas para o uso dessa expressão referencial. Parece que o enunciador opta por esse dêitico espacial distal porque o universo coemergente da recordação impera sobre sua decisão. O elemento demonstrativo aponta de forma anafórica para retomar a imagem de uma luva muito importante para o enunciador. Podemos nos questionar se essa estratégia textual do referente em ênfase funciona como uma espécie de dêitico de memória. Para essa descrição, devemos explorar o campo dêitico, o qual se dissipa para abrigar a operação referencial do demonstrativo.

É interessante observar que a própria progressão referencial desse enquadre contextual em (4) motiva a emergência de outro sintagma nominal que é definido e não demonstrativo. A ilustração do engajamento desse segmento linguístico como “os sons se tornam ecos distantes” em primeira instância funciona, para o interlocutor, como determinante de nomeação, por que além de apontar de forma anafórica, funciona cataforicamente. Essa sensação ou tensão na enunciação demonstrativa contamina também a percepção do objeto focalizado, que são “as luvas” de outra instância, mas que se descreve como imagem-referente. Porém, supomos que pela disseminação de um espaço indicial de lembranças já verificado em “aquela brancura das luvas”, o interlocutor poderia se apropriar desse universo coemergente para considerar “os sons” como uma espécie de “sintagma nominal demonstrativo” que poderia ser composto por “esses sons” ou “aqueles sons”. Essa ruptura na dinâmica do discurso é possível pelo simples fato de o determinante em destaque estar imerso numa situação evidentemente projetada. Vejamos outro exemplo:

- (4) Resta-nos, então, aquilo que misteriosamente toca o nosso espírito – o som de uma mãe chamando numa noite de verão, um hino de muito tempo atrás que toca suave em nossa mente, a visão de carros alegóricos vivamente coloridos e, sim, o horror que bate à nossa porta quando pensávamos estar seguros (KOTRE, 1997. p. 65).

Nesse enunciado, a projeção do campo dêitico se configura de forma diferente. O emprego do elemento demonstrativo “aquilo”, num primeiro contato, projeta-nos para o mero ambiente espaço-temporal, de progressão referencial, que se altera através da própria continuidade referencial. Contudo, podemos interrogar se a condição estratégica desse demonstrativo neutro é a de um dêitico de memória. Na própria dinâmica textual-discursiva, podemos inferir que não há nenhum indício anafórico que remonte a uma porção de informação anterior, mas o uso desse demonstrativo neutro opera mais como uma forma de catáfora, mais uniformemente como anáforas subsequentes fazendo emergir outros pontos focais de atualização desse mesmo sintagma nominal *a posteriori*.

Queremos argumentar, com isso, que todas as memórias episódicas (porções prévias) subsequentes a “aquilo” nos reportam predominantemente para um universo referencial situacional, mas projetado – as imagens mentais as quais “tocam o nosso espírito” como: “o som de uma mãe chamando...”; “um hino de muito tempo atrás...”; “a visão de carros alegóricos...”; “o horror que bate à nossa porta...”. É interessante observar que esses pensamentos indiciais são apresentados ao coenunciador como DM porque entendemos que, embora o uso de determinantes (definidos e indefinidos) nos projete para o “eu-aqui-agora” da enunciação e, à primeira vista, apresentem-se como meros anafóricos correferenciais (pontualizadores), pelo simples fato de coemergirem de uma situação projetada, podem se configurar como até dêiticos de memória. Vejamos outro exemplo:

- (5) Lembro-me daquele cheiro do repelente com que lambuzávamos nossas mãos e rostos e posso sentir os mosquitos zumbindo em volta de minha cabeça (KOTRE, 1997. p. 83-84).

No início desse enunciado, o resgate pela memória episódica faz com que o enunciador planeje seu campo dêitico por via de um pensamento indicial ancorado no uso do sintagma nominal “daquele cheiro [do repelente]”. Vejam como a relevância da projeção dessa ancoragem referencial predomina na escolha por esse tipo de referente nessa ocorrência. O locutor não podia engajar na enunciação um SN de proximidade ([este cheiro] de repelente), já que o acesso ao estado de lembranças suscita o distanciamento do “eu” do campo dêitico de coordenadas. É por isso que podemos

pensar na expansão do próprio campo de ancoragens. Mais interessante é perceber e nos questionar sobre a escolha do SN que surge, em primeira instância, como determinante definitivo em “os mosquitos”.

Todo o universo referencial desse exemplo situa-se como projetado, então por que o enunciador elabora expressões referenciais definidas (“os mosquitos”) para focar a atenção do leitor em plano sensivelmente distante? O problema está em descobrir por que não o emprego de um determinante demonstrativo em vez de um determinante definido – o SN “os mosquitos” encontra-se no mesmo eixo de coordenadas perceptivas que o “repelente” e por esse motivo também pode apresentar-se como anáforas indiretas. De início, podemos questionar porque não há uma propensão para uma determinação demonstrativa, já que a própria enunciação se circunscreve nessa dimensão expandida do campo dêitico. Uma das descrições referenciais e estilísticas é porque não se tem a intenção de simular uma proximidade maior dos mosquitos, nem uma ênfase maior sobre eles. Vejamos um novo exemplo:

- (6) Era um dia nublado, e podíamos ouvir o piloto e o bombardeiro falando alternadamente. Fizeram uma passagem e não conseguiram ver o alvo, de modo que o bombardeiro disse ao piloto para dar mais uma volta. Na segunda passagem, ele continuou não conseguindo ver o alvo. Finalmente, na terceira volta, ele deixou cair a bomba. Nós estávamos de costas e eles disseram: “Tudo bem, vocês podem se virar agora”. Bem, não houve nenhuma explosão. Eu não ouvi nada. Olhei por sobre o horizonte e pude ver [aquelas] pequenas lufadas de fumaça aqui e ali (...). E então, de repente, alguém disse: “Olhe lá pra cima” e, acima das nuvens, estava aquela nuvem maciça de fogo alaranjado. Parecia [aquele] creme batido crescendo, aquele grande cogumelo subindo (KOTRE, 1997. p. 102).

Nessa memória episódica, a progressão dos referentes em destaque parece seguir uma continuidade temática engatilhada pelos sintagmas nominais demonstrativos. É interessante observar que algum indício na porção prévia da dinâmica textual incita a escolha por um dêitico de memória disfarçado de introdutor referencial em “pequenas lufadas de fumaça”. O referente “explosão” pode pressupor esse cenário indicial de fumaças, contudo, o problema está em conceber o estatuto de anáfora indireta ou de introdutor referencial na ancoragem com o SN “pequenas lufadas de fumaça”. Além de perceber esses dois domínios referenciais, esse sintagma nominal pode facilmente integrar a função de um DM devido à dilatação ou expansão do campo dêitico

superposto em uma situação projetada. Nesse nível de abrangência, podemos supor que há um elemento demonstrativo não explicitado na superfície do texto ([aquelas] “pequenas lufadas de fumaça”), o qual pode ser substituído por “essas” pelo simples fato de o referente “horizonte” estar possivelmente próximo e distante do “eu” (“olhei por sobre o horizonte e pude ver [...] aqui e ali”). É importante destacar que a própria progressão desses referentes está envolvida numa tomada de posição do campo perceptivo (visada e apreensão). A distância e proximidade de coordenadas do campo dêitico podem ser descritas também como passionais ou afetivas.

Pelo visto, as tendências dos pronomes demonstrativos de amoldarem-se a essas “situações” são porque eles são signos de natureza tensiva, embora de valor não determinativo, e, mesmo assim, podem também categorizar o SN “pequenas lufadas” pela condição de saliência e proximidade. A partir dessa afirmação, é possível questionar por que, atrelada aos dêiticos de memória, também pode haver a propensão pelo enunciador a fazer coemergirem outras expressões referenciais e de causar um hibridismo funcional das próprias categorias engajadas no processo da referenciação. Se “as lufadas” são pequenas e podem ser “aquelas”, é então porque esse objeto de discurso já foi experienciado em outro evento (coemergente a essa enunciação), por isso esse grupo nominal também pode alcançar a condição de recategorizadores não lineares nessa ocorrência. As remissões que repercutem na memória demonstrativa podem revelar essas nuances.

Até que se comprove a tal “explosão”, o enunciador continua a descrever os estados do campo dêitico de coordenadas da mesma situação projetada. Dessa vez, pressupõe-se que o fogo começa a se alastrar e de um ponto focal deliberadamente distante do “eu” em “aquela nuvem maciça de fogo alaranjado”. Esse dêitico de memória (se podermos definir esse processo dessa forma) parece condensar também as informações retidas do SN “pequenas lufadas de fumaça”, porém de um modo mais distendido, uma vez que o pensamento indicial já é o de ser uma “nuvem maciça” repleta de indícios de fogo. É o que acontece com as outras expressões referenciais subsequentes em “[aquele] creme batido crescendo” e “aquele grande cogumelo subindo”. Se o leitor conseguiu ativar seu conhecimento enciclopédico (esquemas mentais ou *scripts*) acerca de aparatos explosivos, normalmente captará essa progressão referencial que se estende de pequenos indícios sobre as “lufadas” a um “grande

cogumelo” se ampliando (remetendo-se à pressuposição de uma “explosão”, onomatopaicamente “boom”). Metaforicamente, essa imagem mental de “explosão” configura o estado configurativo com que o fenômeno do campo dêitico se apropria nessas lembranças-imagens.

Somente no final desse enunciado, podemos perceber esse fluxo simultâneo de referentes através de uma imagem episódica e indicial movente. Os mesmos objetos de discurso na continuidade referencial tomam várias formas, segundo a expansão das dimensões discursivas, e é precisamente a dimensão memorial e temática do enunciador que importa aqui. Se fôssemos levar em consideração a porção prévia desde a “explosão”, todos os sintagmas nominais sublinhados e analisados nesse exemplo incorporariam a função de anáforas indiretas e possivelmente recategorizadoras devido às mudanças simultâneas de ponto de vista. Vejamos o seguinte exemplo:

- (7) Posso sentir [aquele] o cheiro do óleo que esfreguei nas luvas e vê-las refletir aqui dentro os raios daquela lâmpada de rua junto à janela (KOTRE, 1997. p. 108).

Normalmente, a escolha pelo determinante definido em “o cheiro de óleo” revela a intenção do enunciador de nomear sem rotular a sensação já experienciada e próxima do centro dêitico. Mas, mais uma vez, porque a preferência por um SN definido numa “situação” projetada em vez de um SN demonstrativo (“[aquele] cheiro do óleo”). Será que podemos considerar essa estratégia textual e discursiva como dêitico de memória? Talvez, a intencionalidade seja mais de ordem passional do que somente referencial (decisão entre o plano de proximidade ou distanciamento afetivo). É interessante observar que a progressão das cadeias referenciais nesse enunciado só é possível pelo contato bidimensional com o evento, pelo encontro perceptual do corpo com o pensamento indicial. Provavelmente, o corpo está em contato próximo com o campo dêitico pelo qual se configurou o mesmo evento há tempos atrás. A inserção do dêitico espacial proximal “aqui” possibilita o reengajamento ou a reordenação dos referentes para o presente imediato, o eu-aqui-agora (no próprio texto, essas âncoras referenciais apontam para passado-presente-passado, nessa simetria). Por esse fato, o SN “os raios daquela lâmpada de rua” não se estabelece como anáfora (nem direta, nem indireta), nem como dêitico de memória porque o campo dêitico ao qual o “eu” partilha nesse instante é a imagem-presente. Ou seja, “daquela lâmpada” descreve o cenário físico ou

geográfico, nada mais que isso. Outro indício que pode levar a essa constatação é o dêitico espacial “junto à janela” que se encontra nesse mesmo plano sensório-motor. Essas descrições da ocorrência (8) levam-nos a crer que nem sempre uma ancoragem demonstrativa de um plano temporal aparentemente “distante” opera pela via de um dêitico de memória. Vejamos mais um exemplo:

- (8) Hoje, vejo na lembrança aquele desejo de estar estabelecido em alguma coisa (KOTRE, 1997. p. 199).

Em (8), quando está em jogo o ambiente de recordações ou lembranças, o campo dêitico se expande pela via de sintagmas nominais demonstrativos, mesmo na presença do dêitico temporal “hoje”. Essa façanha só é possível nesse enunciado porque o DM redimensiona a sensação de ascendência e estabilidade socioeconômica pelo enunciador em “aquele desejo de estar estabelecido em alguma coisa”. Nesse plano de coordenadas, esse outro ponto de focalização está imerso na memória demonstrativa pelo emprego do dêitico de memória “aquele”, porém o problema está em classificar se esse caráter demonstrativo (que não deixa de ser um dêitico de memória) não pode ser um introdutor referencial. O interlocutor desconhece as informações subsequentes dessa continuidade referencial, mas pode pressupor que o redimensionamento desse evento episódico através de “aquele...” introduz esse segmento linguístico que pode ser ancorado em outros possíveis. É interessante observar a opção do locutor pelo demonstrativo porque a carga significativa da “experiência recordada” produz focos de atenção muito mais salientes na dinâmica do texto, uma forma de sinalizar “algo em comum” na memória do interlocutor. Essa estratégia também ocorre no segmento “sabe aquele desejo incontrolável de ter alguma coisa que não dá para esperar até o mês que vem” (CAVALCANTE, 2011, p. 113). Vejamos esses dois exemplos:

- (9) Três dias depois, eu vi aquela lembrança se alterar diante de meus olhos (KOTRE, 1997. p. 74).

- (10) Há afeto e nostalgia no tom de sua voz quando diz: “É, bons tempos aqueles” (KOTRE, 1997. p. 84).

O modo com que se configura a progressão referencial em (9) desdobra uma enunciação cristalizada no ambiente do presente imediato. Não há indícios na superfície

cotextual que descrevam mais nitidamente o SN “aquela lembrança”. Contudo, definimos essa expressão referencial como dêitico de memória por partilhar de um universo coemergente de orientação, já que todas as coordenadas perceptuais se desenvolvem mediante o pensamento indicial – [daquela] lembrança – o eixo norteador que aponta tanto anafórica quanto cataforicamente. Porém, o problema está em saber se podemos classificar essa operação dêitica como também anafórica porque a ancoragem existente entre porções prévias não é evidente na dinâmica textual. Se o leitor tomar esse SN como um processo que aponta para frente, de que forma essa expressão funciona como introdutor referencial?

Em (10), o determinante demonstrativo é evidenciado como caso especial de referente por ocupar toda uma dimensão prévia discursiva (“É, bons tempos aqueles”). Por meio unicamente dessa categoria aparentemente vazia do demonstrativo “aqueles”, o enunciador consegue resgatar e ao mesmo tempo condensar toda sua situação projetada (ou memória demonstrativa). Mas, o problema está em definir esse fenômeno como dêitico de memória apenas por entender que esse processo além de convergir dois planos (temporal e espacial), o enunciador toma-o como único foco de atenção para recordar aquele(s) evento(s) experienciados. Mas, para que direção aponta aqueles; essa condição pode abranger um estatuto anafórico ou até mesmo uma anáfora encapsuladora, depende fundamentalmente das progressões referenciais em curso. É interessante observar que, nesse caso, especificamente não há indícios de propensão do pronome de demonstração (“aqueles”) de funcionar como introdutor referencial, a própria organicidade temática da tessitura textual faz com que essa expressão referencial não necessariamente engatilhe, mas condense uma memória episódica de um evento nostálgico.

Percebemos como a dêixis, nessas situações que denominamos projetadas, delimita um modo de atualização provisório das coordenadas perceptuais, uma espécie de ancoragem intermediária do universo referencial particular do enunciador. Há, porém, um espaço de limites entre o engajamento dos interlocutores. As mudanças de pontos de vista e focos de atenção se alteram conforme o papel do locutor na trama discursiva. O enunciador está bem mais próximo desse universo referencial coemergente, enquanto o interlocutor a todo instante pressupõe as estratégias de escolha por determinada expressão referencial à luz dos conhecimentos e vestígios da memória

demonstrativa. Até agora, fica evidente que é indispensável um novo tratamento das operações dêiticas em direção a uma reclassificação tanto dessas operações, como do próprio campo/eixo de coordenadas. O argumento de Kleiber (2013) abaixo especifica essa condição:

Percebe-se imediatamente, entretanto, que tal definição, por mais satisfatória que pareça, é complicada por expressões como os demonstrativos e pelos empregos situacionais de *ele*. Se desejamos integrar essas expressões à classe dos dêiticos, para marcar sua identidade semântico-referencial com as outras expressões dêiticas, é necessário estender a definição da dêixis proposta às entidades que são apresentadas na situação de enunciação. Ou seja, não é mais somente o momento da enunciação, o lugar da enunciação e os participantes [locutor e interlocutor] da enunciação que formam o esquema dêitico, mas também *os objetos que fazem parte da situação de enunciação* (KLEIBER, 2013, p.271, grifo nosso).

O autor nos alerta para o fato de que se essas expressões dêiticas fossem só empregadas para fazer referência a um referente da situação de enunciação [linguístico ou extralinguístico], a distinção não se justificaria, porque a recuperação referencial seria total e única. Mas, observa-se que elas podem ser utilizadas para fazer referência a entidades fora do lugar situacional e do lugar linguístico imediato. Os dêiticos de memória partilham dessa condição porque são revelados a partir de pensamentos indiciais (ou imagens-referentes?) e estão contidos nas “abordagens B”. Segundo Kleiber (2013, p. 285), “como estamos ainda presos pela filosofia das abordagens A, este ‘alguma coisa a fazer’ pode ser interpretado, em versão forte, deste modo: uma expressão dêitica é uma expressão cujo sentido implica necessariamente que o referente esteja presente na situação de enunciação”. A esse nível, as incursões referenciais do locutor se referem a um objeto que não está presente na situação de enunciação com a ajuda de um outro objeto, que está presente. A caracterização por essa “ostensão diferenciada” pode se referir ao objeto que não está diretamente acessível (ou melhor, saliente) no corpo de coordenadas apresentadas ao interlocutor. Segundo Kleiber (2013, p. 286), é uma espécie de ostensão para uma expressão referencial intermediária. Esse autor classifica esse procedimento dêitico como demonstração indireta. É o que acontece com o enunciado exposto pelo autor:

(11) Essa mulher, ela vai te levar tudo!

À primeira vista, o sintagma nominal em destaque apresenta-se como um caso comum de anáfora direta acessível na instância do presente imediato. Contudo, segundo Kleiber (2013), esse tratamento com as expressões referenciais precisa ser expandido levando em consideração a seguinte pressuposição: “um familiar poderá, assim, dirigir-se a um homem cuja mulher acaba de partir, levando as crianças, os móveis, o carro etc., dizendo-lhe sem que eles tenham falado antes da mulher em questão e, evidentemente, fora de sua presença na situação de enunciação” (p. 286). Nesta ocorrência, para Fraser e Joly *apud* Cavalcante (2011), poderíamos falar de uma “exófora memorial”, para mencionar os dêiticos de memória. As lacunas que surgem nessa classificação têm um ponto em comum: não devemos caracterizar determinados objetos-referentes pelo critério de localização referencial. Na verdade, para esses casos especiais de referentes, os interlocutores não devem considerar *ipso facto* o lugar onde EU falo, mas o lugar onde eu FALO. Kleiber (2013) ainda define esses casos como “dêiticos opacos” devido à emergência dos SND através de um funcionamento referencial ambíguo (referência anafórica e exofórica). Porém, devemos perceber que essa especificação não é a mais importante para interrogar sobre a redefinição do “campo dêítico”. “Essa mulher” refere-se a duas “situações” (funcionam como “suplementos localizantes”): a mulher de que “eu falo” e a mulher de que “eu penso”.

Para atestar esse caso como uma ocorrência especial de referência (dêiticos de memória), uma análise causal (perceptual ou experiencial) e uma análise em termos de relações espaço-temporais tornam-se essenciais. No primeiro plano, o interlocutor percebe o referente “essa mulher” no exato momento em que a ocorrência do dêítico é evidenciada. Essa “situação” assemelha-se à experiência direta do locutor com esse mesmo objeto de discurso (a definição por um condicionamento anafórico). Contudo, no plano da memória, essa perspectiva necessita ser expandida para um pensamento indicial-demonstrativo o qual implica em representações mentais de uma explicação causal. Sendo assim, essas lacunas sobre o trabalho interpretativo dos referentes devem ser priorizadas. Nessas ocorrências como em (11), é preciso focalizar o objeto-referente que o locutor “percebe” no sentido de que ele “pensa” de um modo indicial no instante da ocorrência. Essa característica reflete todo o domínio referencial da dêixis:

Não somente a referência a objetos perceptíveis, no sentido de que eles são concretos e presentes no campo de percepção do locutor,

como também a fixação dêitica de referentes abstratos ou de referentes concretos “fora da percepção imediata”. Assim fortalecida, a explicação causal volta, definitivamente, a afirmar que o referente de um dêitico é o referente que o locutor tem em mente [ou “percebe”] no momento em que ele pronuncia a ocorrência desse dêitico (KLEIBER, 2013, p. 299).

Segundo o autor, a definição por um “campo” perceptual expandido privilegia as relações espaço-temporais de simultaneidade dêitica entre a enunciação da ocorrência e o estado “psicológico” do locutor. Um ponto problemático é a identificação do referente no plano da memória pelo interlocutor, já que esse precisa incorporar também a memória demonstrativa do locutor. Mas como, se eles não compartilham o mesmo ambiente espaço-temporal de coordenadas? Como se encontra o referente pretendido pelo locutor? É preciso, então, apresentar a referência ao objeto como se estivesse do lado do locutor. O próprio caráter dinâmico das expressões referenciais instáveis e reguladoras da trama discursiva é relegado ao segundo plano (“aquilo” em que pensa o locutor). A relação de simultaneidade é decisiva para a mudança de perspectiva ou de diretividade dos dêiticos de memória. Ou seja, o referente de uma ocorrência com expressão dêitica é o referente que o locutor percebe pela condição de contato físico, porém, ao mesmo tempo, implica que essa mesma condição já esteja contextualizada entre a ocorrência e a percepção experienciada pelo locutor.

Tanto Kleiber (2013) quanto Cavalcante (2000a) questionam sobre a utilidade dessa descrição para os dêiticos na especificação de “campos”: “campo mostrativo diferenciado” ou “campo mostrativo imaginário”, respectivamente. No interior dessas duas concepções, o índice de deiticidade é questionado conforme a ostensão diferenciada pelo interlocutor. Parece-nos plausível que a definição desse “campo” de coordenadas no próprio “eu-aqui-agora”, tendo em vista a ancoragem referencial do locutor e a relação causal direta e indireta (ou diferenciada) implicada, dê conta do caráter irreduzível dos dêiticos. Essa descrição de concomitância entre a ocorrência dêitica e a memória demonstrativa torna-se imensamente relevante. Os linguistas de texto possivelmente definiriam essa coemergência dos demonstrativos como recurso para sinalizar o pensamento indicial a fim de especificar que são os pensamentos do locutor que se encontram “ali” recordados, mas sempre negociados com o interlocutor, e, ao mesmo tempo, dissipados ao projetarem novas remissões e contornos referenciais

(o que se denominou como âncoras). Vejamos, agora, uma das estrofes do verso de Gonzaguinha (2003), intitulado “Pequena memória para um tempo sem memória”:

(12) [Aquela] Memória de um tempo onde lutar

Por seu direito

É um defeito que mata

São tantas lutas inglórias

São histórias que a história

Qualquer dia contará

De obscuros personagens

As passagens, as coragens

São sementes espalhadas nesse chão.

Em (12), o sintagma nominal nesse chão é apresentado ao interlocutor como um tipo de anáfora indireta metafórica, a qual permanece saliente na presente instância do discurso. Todavia, segundo Kleiber (2013), estamos diante de um caso especial de “demonstração indireta”, na qual a ostensão do determinante demonstrativo alcança a situação projetada. Porém, é curioso observar que nenhum indício na superfície textual leva a essa constatação, até o aspecto verbal da enunciação em (12) evidencia traços do presente imediato e não de um passado rememorado (“é; são”), muito embora os indícios do tempo verbal sejam um dos principais fatores que estão deitivamente ancorados na “situação” de enunciação. Em nesse chão, é possível ainda classificar essa tipicidade de referente como encapsulamento anafórico (provido de estatuto axiológico) devido à condensação de eventos cristalizados em outro campo referencial (“as passagens”, “as coragens”). A apresentação desses sintagmas nominais esboça uma ancoragem de “situações” por meio de determinantes definidos (outros indícios de uma situação fidedignamente imediata).

Mas, quanto aos dêiticos de memória nessa estrofe? Supomos que essa expressão dêitica contempla o plano da memória porque o índice de ostensão ou deiticidade do referente nesse chão funciona como memória demonstrativa, uma espécie de objeto intermediário ou simultâneo no próprio “aqui-agora”, fazendo expandir o campo dêitico de coordenadas. A percepção do locutor diante o cenário do “chão” já foi experienciada em outras “histórias”. Seria possível a inserção de um determinante demonstrativo em “[aquela] memória de um tempo onde lutar...” a fim de alertar e ao

mesmo tempo conduzir o interlocutor para uma memória episódica já cristalizada em meio social. Essa estratégia textual e discursiva opera como condição realçadora da saliência do circunstancial “nesse chão”. Vejamos que a indicação das relações espaço-temporais é condição *sine qua non* até no trabalho interpretativo desse campo indicial ampliado. A nossa hipótese geral se confirma: o referente de uma ocorrência projetada é focalizado por meio do ambiente espaço-temporal dessa mesma ocorrência, o próprio “eu-aqui-agora” contempla a progressão referencial no corpo e no pensamento. A fim de dar conta dessa progressão e projeção referencial no plano de pensamentos indiciais de uma situação “diferenciada”, Kleiber (2013) estabelece descrições para essa ancoragem entre a ocorrência imediata, o referente e aquelas ocorrências cuja retenção de expressões referenciais se evidencia indiretamente:

- (a) como unidade discursiva, ela entra em relação temporal com as unidades discursivas que a precedem e a seguem imediatamente; ela possui a esse respeito um ambiente espaço-temporal textual;
- (b) como acontecimento singular, ela mantém relações espaço-temporais com a situação extralinguística e apresenta, assim, um ambiente espaço-temporal situacional (KLEIBER, 2013, p.303).

Essa classificação das próprias relações espaço-temporais não dá conta do “campo mostrativo diferenciado” dos dêiticos de memória. A focalização de um dado referente pela divisão dos campos dêiticos em conexões “imediatas” e “diferenciadas” não é suficiente para clarificar os meandros da coemergência de determinantes demonstrativos naturalmente híbridos. A condensação de anafóricos atrelada aos dêiticos (de memória) compõe outro problema para definir essa tipicidade de referente, que ora introduz uma dimensão imediata, ora superpõe uma situação projetada no mesmo limiar referencial. O problema dessa classificação foi o de definir esse campo de coemergência meramente como “situacional”, condição que não satisfaz às potencialidades discursivas dos DM. A questão não é apenas dissociar um e outro fenômeno referencial ao se constatar suas funções híbridas, mas, sim, de redefinir um campo de coordenadas perceptuais conforme as múltiplas ocorrências evidenciadas no uso de DM (por que “esse” e não “aquele”). Os indícios do contexto linguístico não são determinantes, devido à contiguidade temporal, que é muito ilusória. Contudo, a seguinte descrição dessas relações espaço-temporais é muito relevante para os DM:

A imagem do dedo apontado se revela, por outro lado, enganosa, quando a aplicamos às situações de relações espaço-temporais indiretas. Isso porque, nesse caso, a ocorrência se encontra em relação espaço-temporal direta não com o próprio referente, *mas com elementos intermediários* [do ambiente textual ou do ambiente extralinguístico] que conduzem à identificação do referente (VUILLAUME *apud* KLEIBER, 2013, p. 304, grifo nosso).

Os índices de deiticidade da memória demonstrativa podem configurar como mais salientes a partir de um gesto de ostensão de outra expressão ou cadeia referencial, a qual se encontra como intermediária na dinâmica textual-discursiva, como acontece em (13). Trata-se, portanto, de uma relação de contiguidade (de maior ou menor grau de proximidade afetiva) em que o referente é diagnosticado pelo interlocutor por essa instância intermediária, embora conectada diretamente à ocorrência do presente imediato. Mesmo que em certas ocorrências não se evidenciem vestígios de correferencialidade, é necessário que haja algum tipo de relação entre o ambiente textual-discursivo e o ambiente “memorial”, uma vez que os mecanismos referenciais de ostensão diferenciada só são salientes por intermédio da percepção imediata do locutor. Já que consideramos o plano da memória para o eixo de coordenadas, os estudos sobre a dêixis precisam incorporar um nivelamento do índice de deiticidade entre o objeto percebido e a instância diferenciada.

À luz das análises desse estudo, fica evidente que a inserção dos DD numa dimensão referencial que privilegia unicamente a proximidade ou distância afetiva não opera adequadamente segundo a coemergência referencial dos dêiticos de memória, uma vez que a memória cultural dos enunciadores não segue uma continuidade espaço-temporal fixa, as coordenadas perceptuais de orientação e monitoramento dêítico não atuam no limite da instância local. O problema em ênfase é essa instância intermediária de acesso entre a situação local e a situação projetada, organicidade peculiar dos DM. Em um sentido amplo, essas descrições revelam por que a linguagem disfarça o pensamento.

A indicialidade consegue fundar-se na fina camada do discurso, e as pressuposições sobre a escolha de uma ou outra expressão referencial é o que move a instabilidade categorial. Sendo assim, a bidimensionalidade de um evento episódico (local e projetada) deve ser um dos primeiros vestígios para interrogar sobre a estratégia textual e discursiva do enunciador. Ou seja, levando em consideração os dêiticos de memória (pensamentos indiciais), a escolha por este na dinâmica textual não significa

dizer, necessariamente, que o referente se encontra numa “área” pragmaticamente dada, próxima do enunciador no tempo de codificação (ou linguístico); como também o uso de aquele não significa dizer que o referente está além da área pragmaticamente dada, em posição distante do campo dêitico. Essas observações críticas vão de encontro às formulações expostas por Levinson (2007, p. 99).

Entre os eixos de distância e proximidade há a condição afetiva do discurso que impõe efeitos tensivos no curso da enunciação. A abrangência desses focos de atenção designa um efeito de direção e de tensão originado do campo dêitico. A paixão (dimensão passional), por exemplo, descreve uma lógica tensiva, aquela da presença e das tensões que impõe ao corpo sensível. A Semiótica do Discurso (mais especificamente, a Semiótica das Paixões) encarrega-se dessas impressões significantes do corpo próprio. Como o tempo e a narrativa condiz com o monitoramento dêitico no plano da memória, é possível que também a progressão dos referentes circunscreve em um jogo das paixões, dos estados emocionais do actante em direção ao interlocutor. Esse espaço entre tomadas de posição escreve a visada e a apreensão, domínios semióticos que podem contribuir para o avanço desse estudo sobre a expansão do eixo de coordenadas perceptuais (FONTANILLE, 2012).

Classificar as ocorrências dos dêiticos de memória como conexões “imediatas” e “diferenciadas” não dá conta da descrição complexa desse fenômeno referencial. Porém, o argumento de que uma outra expressão ou cadeia referencial na dinâmica textual revela traços de porções prévias dos DM é coerente quando o acesso à memória cultural do enunciador é limitada. Como podemos ver, a abrangência dos DM constitui também um processo de referenciação implícito cuja ativação de referentes resulta em referente “novo” para os interlocutores e “velho” para o locutor; é um tipo de estratégia exofórica, não mencionada na superfície textual, geralmente formalizada por sintagmas nominais demonstrativos. Note-se que é diferente das anáforas indiretas, cuja reativação dos referentes limita-se à estratégia endofórica evidenciada no liame do texto. Vejam como os dêiticos de memória estão contidos na própria natureza dêitica (expressões referenciais exofóricas): se Marcuschi (2001, p. 223) propôs em “o barco textual e suas âncoras” um “universo referencial emergente” para as anáforas indiretas, por que não reclassificar esse universo referencial denominado de “coemergente” para os dêiticos de memória? A esse nível, a noção de coerência poderia até ser afetada se a condição da

textualidade limitasse a uma perspectiva imanente. Mas, não é isso o que acontece. Nos DM, o princípio que norteia todo o processo de constituição, retenção e expansão dessas tipicidades de referentes é o trabalho interpretativo dos coenunciadores.

É interessante observar que nas estratégias de textualização dessas expressões referenciais da memória demonstrativa, as relações cognitivas encapsuladas nos modelos mentais (especificamente memórias episódicas), embora representem focalizações implícitas na tessitura textual, não se circunscrevem em um dado conhecimento enciclopédico, pois, caso fosse assim, os indícios para interpretar os DM seriam muito mais salientes por conta do armazenamento de *frames*, *scripts*, um tipo de modelo já pré-configurado conceitualmente. Contudo, os índices de subjetividade contidos nos circunstanciais como este, esse, aquele ancoram no arquivo mental (experiências prévias) do enunciador, logo o trabalho de inferência para operar nessas expressões deitivamente memoriais é semelhante do que no caso das anáforas diretas ou indiretas, cujo acesso à memória semântica é imprescindível.

Outro ponto que diagnosticamos é que o enunciador ao se prevalecer de dêiticos de memória como “aqueles tempos” ou “aquela passagem” tem a pretensão de particularizar uma “situação” de outrora, porém essa “velha” informação configurada como “nova” para o interlocutor não tem a mesma precisão que a descrição do evento imediato. Queremos dizer que o emprego de DD é a condição inicial de qualquer locutor ao redimensionar instâncias experienciadas; o leitor é quem precisa enquadrar-se nesse delineamento muito particular do procedimento dêitico, até porque nem sempre a opção será por um circunstancial distal como “aquele”; como houve casos em que o demonstrativo “esse” pode operar facilmente como DM. Essa alternância entre planos de orientação espaço-temporal pode configurar-se também como falha porque a experiência imediata da “situação” local não é a mesma forma *sui generis* da “situação” projetada. Esse desacordo entre ambientes textual-discursivos é comum devido ao campo perceptual e afetivo não ser o mesmo.

Para relembra a metáfora de Marcuschi (2001) sobre as âncoras, é interessante observar que as ancoragens evidenciadas a partir de inferências sob os dêiticos de memória não podem ser caracterizadas apenas como âncoras lexicais, ou situadas no modelo textual porque a própria reativação de referentes opera sob a forma de um fluxo coemergente (memória demonstrativa). Essas âncoras devem contornar uma “situação”

de referenciação ampliada. Essa situação pode contemplar as ocorrências especiais dos dêiticos de memória como evidenciadas aqui. Porém, tais ocorrências não podem ser descritas no interior de um modelo de mundo textual unicamente, já que a componente contextual é condição *sine qua non* para todos os domínios de referenciação. A contextualização é afetada porque precisamos enquadrar o plano da memória nessas descrições. Marcuschi propõe uma classificação para dar conta da continuidade de uma relação referencial do seguinte modo:

- (a) referentes previamente introduzidos (vinculação correferencial);
 - (b) conhecimentos semânticos (papéis temáticos inscritos no léxico);
 - (c) conhecimentos conceituais (modelos cognitivos estabilizados);
 - (d) modelos do mundo textual (inferenciações textuais/práticas culturais);
- (2001, p. 242).

Essa hierarquia de especificações sobre o problema da (não) continuidade referencial dá conta das ocorrências anafóricas diretas ou indiretas e até dos sintagmas nominais definidos. O que há é uma situação projetada revelada pela memória demonstrativa dos próprios índices de ostensão de aquele ou esse, afixados no domínio textual. Queremos dizer que essa classificação precisa alcançar o campo demonstrativo memorial e não apenas um espaço de inferenciações textuais ou culturais, já que o apelo à memória particular do locutor é um dos únicos pontos de partida para a interpretação dos DM. Marcuschi (2001,1997) até questiona sobre o papel da memória e os modos de operação e estocagem dos referentes, contudo, não inclui essa lacuna nas relações referenciais do processamento textual. As estratégias de textualização estão, portanto, envolvidas na atividade dos interlocutores que ativam e constroem possíveis relações referenciais implícitas (de (não) continuidade referencial) entre as retenções operadas pelos demonstrativos; é mais uma relação de ordem sociocognitivo-discursiva do que evidentemente textual. Essa condição é determinante para qualquer focalização de uma expressão referencial, sobretudo para os DM.

Diante das ocorrências apresentadas até aqui, torna-se necessária uma nova descrição e caracterização do campo dêitico de coordenadas a fim de integrar o plano da memória para dar conta das operações dêíticas da memória demonstrativa cristalizadas pelo emprego de sintagmas nominais demonstrativos. Vale ressaltar que as operações dêíticas reveladas aqui são tratadas de uma forma peculiar porque os parâmetros de demonstração de objetos-referentes alcança a memória cultural ou pessoal do

enunciador. As incursões, então, atingem um campo oscilável de coordenadas entre uma projeção para o ambiente textual e suas remissões não apenas na organicidade textual, mas ancoradas em um suposto campo demonstrativo memorial interpelado pelos pontos de vista do locutor. Segundo Cavalcante (2000a), uma nova motivação contextual deve operar nesse campo redefinido. Ou seja, acreditamos numa nova descrição para esse universo de ancoragem dos referentes porque a própria introdução referencial ou as recategorizações (e seus desdobramentos) podem atingir esse campo da memória, logo as intencionalidades operantes são bem diferentes de uma descrição do ambiente *on-line*, imediato, cuja própria continuidade referencial pode ser originada de um ambiente “imaginário”, porque foi manifestada como aquela passagem ou como aquela sensação daquela decisão.

5 CONCLUSÃO

Percebemos que os dêiticos de memória não são categorias referenciais diretamente salientes no plano da percepção (relações espaço-temporais meramente linguísticas), pois estão correlacionadas a uma “situação projetada”, e a memória episódica é um dos indícios que têm os interlocutores para desmistificar operações dêiticas sensivelmente fluídas e extensionais. Diante do contato inicial com os dêiticos no plano da memória, lidamos com a possibilidade de caracterizar essas ocorrências dêiticas memoriais como “extensionais”, porque a progressão referencial no plano do pensamento indicial exige certa expansão do campo dêitico de coordenadas. Se essa condição não existir, o trabalho interpretativo desse tipo de referente não será tão feliz. Segundo as descrições fenomenológicas apresentadas aqui, esse “campo” tende a dissipar e condensar lembranças-imagens alojadas na instância do presente imediato (curso temporal linguístico).

Esse afrouxamento das coordenadas de monitoramento no fluxo textual provoca a abertura de múltiplas dimensões discursivas e, ao mesmo tempo, causa no leitor a impressão de que essa expansão segue o transcurso linear temporal (continuidade referencial fixa). O objetivo de tentar explicar as relações espaço-temporais sob a ótica de Deleuze e Merleau-Ponty foi justamente para explicar essa organicidade especial de que se compõem os dêiticos de memória por um viés fenomenológico, a fim de resgatar a gênese do problema: a formação textual e discursiva desse fenômeno referencial “insólito”. Mais precisamente, como o processo de retenção de porções (con)textuais é constituído no próprio campo dêitico da memória. O capítulo “memória: passado-presente” serviu como base fenomenológica, sobretudo, para defender essa visão, como também para articular a teoria da dêixis a uma concepção de temporalidade potencialmente estendida, na qual o campo dêitico possa afrouxar-se, dissipando todo seu fluxo de orientação tanto na presença do corpo, quanto na memória ou pensamento indicial. Essa condição fenomenológica do campo perceptual nos revelou a memória demonstrativa na textualidade.

Tomamos como norte o ponto de vista benvenistiano de “translocação espaço-temporal”, porque conferimos que essa afirmação está contida na defesa de que se faz necessária a ampliação do plano dêitico de coordenadas, já que entendemos que o ato de

“translocar” diz respeito ao deslizamento das mesmas formas linguísticas como “este”, “esse”, “aquele”, no próprio “eu-aqui-agora”. Nessa perspectiva, esses índices ostensivos demonstrativos implicam um gesto no sistema perceptual, o qual, ao mesmo tempo, “transloca” a instância de discurso desse sistema de coordenadas perceptuais. Por isso, supomos que a temporalidade é uma condição inata do pensamento e não apenas do fenômeno da linguagem, já que evidenciamos a deiticidade no plano da memória. Nesse aspecto peculiar, o campo dêitico abarca um diâmetro temporal mais amplo, fazendo com que a referência dêitica incorpore outras instâncias de discurso imediatas e diferenciadas. O que há de especial no emprego de DM é que, além de a presença do locutor ser primordial, há ainda na própria enunciação a construção de um ponto de referência interno para cada instância de discurso (ambientes locais e projetados). Os DM funcionam como evocadores de cenário-ambientes os quais abrem outra camada na própria superfície textual, a fim de abranger outras possibilidades de trabalho interpretativo. Portanto, a importância de aspectos como o espaço, o tempo, a percepção, a subjetividade podem variar na medida em que o campo é atualizado (“aquela velha história fez-me crer que...”).

O emprego de dêiticos de memória deve ser considerado no próprio delineamento do “aqui-agora”, uma vez que o valor de um signo se define e significa somente no sistema dêitico que o integra. Logo, a forma com que os DM são evidenciados na dinâmica do texto vai depender largamente da natureza desses “signos” vinculados ao pensamento (como forma também de signo). Os modos de descrição dessa espécie de referente são semelhantes ao trabalho do artista plástico que se dispõe sobre a tela, a fim de compor um retrato de outrora, de uma paisagem que deixa vestígios, fato que é inevitável. É como aquela paisagem na janela do vagão.

Por essa ótica, afirmamos que é preciso não apenas a consideração e caracterização de um campo demonstrativo memorial no próprio “eu-aqui-agora” (presente imediato da enunciação), mas de uma nova descrição e classificação da noção de “dêixis”, já que o conceito de “relações espaço-temporais no aqui-agora” não dá conta das ocorrências com retenções projetadas pelos pensamentos indiciais. Na literatura, a noção de “campo” ainda perpassa a ideia de monitoramento dêitico local, sem levar em consideração vestígios de um cenário evidentemente memorial. Desse modo, o campo dêitico não é de fato um campo propriamente dito, pois está descrito

muito mais como distância ou proximidade afetiva dos objetos-referentes (por isso, esse afrouxamento das coordenadas perceptuais do “campo”). Cavalcante (2011, p. 103, grifo do autor), em sua tese, concorda com esse ponto de vista ao afirmar que “é curioso na literatura sobre dêixis que não haja uma denominação singular para essa espécie de uso dêitico, embora apontem para a *não pessoa* (para empregar os termos de Benveniste)”. Essa descrição traz em seu bojo as estratégias de uso dos DM a partir de expressões circunstanciais como “esse” ou “aquele”; a covariação dessas mesmas formas linguísticas descreve a indicialidade em todos os modos de disfarce. Embora o uso de determinantes demonstrativos esteja contido no princípio de *não-pessoa* (estatuto meramente referencial) e seja desprovido de alto índice de deiticidade, é preciso entender a forma com que esses “invocadores” ancoram porções coalescentes de uma experiência prévia.

A emergência desses determinantes demonstrativos, nas ocorrências de (1) a (12), contribuiu para a seguinte tomada de perspectiva: no campo dêitico da memória, em alguns casos, o emprego de “esse” ou “aquele” pode configurar sutilmente a função de introdutores referenciais, mas o problema é aceitar essa descrição quando o campo de coordenadas opera ou aponta para uma situação projetada (que não é necessariamente o campo “situacional” da superfície textual). Percebemos que a natureza dos demonstrativos com função substantiva tem maior aderência aos DM do que os de função adverbial. Isso acontece porque os indícios dos circunstanciais adverbiais são signos dêíticos muito mais explícitos pela homologação ou fixação do lugar físico na dinâmica textual (com mais indícios evidentes e salientes). Defendemos que estes últimos possuem um grau de deiticidade ainda menos saliente do que os de função substantiva. Podemos supor que a deiticidade possa ser também contemplada pelos efeitos passionais evidenciados no liame do discurso, extraídos da tomada de posição e apreensão no campo perceptivo.

Parece-nos que uma descrição híbrida desses recursos referenciais seja inevitável não somente porque estão em jogo dêíticos e anafóricos, nem porque se imbricam imagens de referentes do passado-presente, mas, acima de tudo, porque algum indício relevante do contexto anterior impulsiona o enunciador a revelar esse arquivo mental enraizado em sua memória particular (a problemática das paixões). A esse nível, surge outro ponto que nos parece ser também problemático: a definição desse campo dêitico

pode valer-se da noção de contexto simultâneo ou coemergente – atribui-se a cada cena, um segundo contexto (intermediário) causado pela própria enunciação, mas que já não está na mesma linha ou no parâmetro de ancoragens da superfície textual. É como se existisse um distanciamento provisório de contextos, talvez seja por isso que Apothélos (1995) *apud* Cavalcante (2011) sugere um processo *in absentia* para casos especiais de referentes como os DM. A força de projeção das expressões dêiticas é redesenhada pelo próprio “campo” e articulada, segundo o “contexto anterior” em destaque. Esse ato faz com que haja um deslocamento imediado, diferenciado e afetivo do foco de atenção entre o objeto-referente.

Percebemos também que nem sempre é preciso o acesso aos indícios do arquivo particular dos enunciadores, já que há pistas contextuais na própria dinâmica textual que levam às suposições de emprego dessas cadeias referenciais. Como essas cadeias são extremamente flexíveis e instáveis, percebemos também que o uso de DM está envolvido no mecanismo do “querer dizer algo mais”, por isso o recurso a eventos pessoais na forma de pronomes demonstrativos (experiências prévias/ contexto *in absentia*). Como vimos, é importante frisar que as inferências do fluxo de referentes podem não condizer com o fluxo literal espacial ou temporal do enunciado nunca condizem. Essa condição leva o leitor a descrever o fenômeno referencial dos DM como dêitico textual ou discursivo. Essa classificação pode ser inadequada aos propósitos do enunciator.

A partir do contato com as ocorrências apresentadas aqui, verificamos como algumas estratégias de textualização direcionam nossa atenção para o problema das âncoras no terreno da “memória demonstrativa”. Esse fato condiciona o argumento de que a dêixis e as informações prévias combinam-se para “determinar” o objeto-referente ausente na dinâmica textual, processo o qual é classificado também como “exofórico”. As ocorrências dos dêiticos de memória estão circunscritas a esse processo cujos referentes não estão fisicamente presentes, por isso preferimos o termo “perceptual” para o campo de coordenadas do que meramente “físico”, uma vez que os referentes estão copresentes e são perceptíveis. Nesse sentido, um “ambiente” pode evocar mais de um ponto de ancoragem sobre as coordenadas dêiticas. A ideia é que essas próprias expressões referenciais fazem especificar o “lugar” de origem cujo acesso sensorial de condicionamento dêitico também atinge a memória demonstrativa. Logo, o problema a

ser distendido é muito maior do que imaginamos, pois as ancoragens dos referentes memoriais apontam extensivamente muito mais para o terreno da “memória demonstrativa” do que para um “cenário situacional” meramente.

Acreditamos que a suposição pelo grau de deiticidade sobre as relações espaço-temporais no plano da memória pode acarretar em um desvio de conduta, já que a temporalidade do pensamento indicial é imediata e diferenciada. A escolha por um referente de definitude em um cenário de demonstração ou a escolha por uma expressão referencial de proximidade na situação projetada prolonga as discussões e proposições apresentadas aqui. O “campo” de coordenadas dêiticas, animado pela visada e pela apreensão, por meio de fluxos (in)tensivos e (ex)tensivos, pode ser estabelecido em uma série de modos de existência, propriedade que origina as relações espaço-temporais graduadas por efeitos passionais. Logo, essas discussões não se restringem ao grau de indiciamento dessas expressões pelo fluxo de coemergência. São a tensão e a enunciação dessas próprias relações espaço-temporais entre corpo e pensamento que sugerem essas lacunas de interpretação ora textual, ora situacional, ora imaginário, todas essas dimensões constituídas no mesmo plano de coordenadas da língua. Queremos dizer que o estudo sobre a hierarquia do índice de subjetividade nesse tipo de referente não seria tão relevante quanto à estratégia de textualização entre essas expressões e entre os campos de percepção com que partilham. É por isso que o processo de referenciação possibilita não o acesso à referência ou aos dados imediatos da fala, mas a emergência e coemergência do objeto de discurso, os dêiticos discursivos ou mesmo os de memória. Porque o que está em jogo é não só o pensamento indiciado pelo enunciador, mas também outra parte desse pensamento “preenchido” pelo interlocutor – o jogo das paixões. A própria significação da estrutura da língua e de sua dinâmica propõe essa linha de abrangência e expansão das coordenadas sensório-motoras e perceptuais – a direção e a tensão entre corpos e pensamentos diluídos no próprio liame do discurso.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. Demonstrativos e [ana]fóricos em latim. **Ágora**. Estudos clássicos em debate v. 1, 1999, p. 155-171.

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p.53-84.

_____; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p.131-176.

BADDELEY, A.; EYSENCK, M. W.; ANDERSON, M. C. **Memória**. Tradução de Cornélia Stolting. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BAR-HILLEL, Y. Expressões indiciais. In: DASCAL, M. (Org.) **Fundamentos metodológicos da linguística**: problemas, críticas e perspectivas da linguística. Tradução de Rodolfo Ilari. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1982, p. 23-49.

BARTHES, R. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARTLETT, F. C. **Remembering**: An experimental and social study. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral I**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Tradução de Eduardo Guimarães. São Paulo: Pontes, 1989.

BERGSON, H. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRITO, M. A. P; CAVALCANTE, M. M. A psicanálise, a referenciação e a influência saussuriana In **Referenciação**: teoria e prática. (Org.) CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. São Paulo: Cortez, 2013, p.105-132.

BUHLER, K. **Teoria del lenguaje**. Tradução de Julián Marías. Madrid: Revista de Occidente, 1967. Tradução de: Sprachtheorie. Jena. Gustav Fischer, 1934.

CAVALCANTE, M. M. **Expressões indiciais em contextos de uso**: por uma caracterização dos dêiticos discursivos, 2000. 218f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000a.

_____. A dêixis discursiva. **Revista de Letras**. v.1/2 n.22, jan./dez. p. 47-55, 2000b.

_____. Demonstrativos: uma condição de saliência. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., 2001, Fortaleza. Anais do Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza, 2001, Fortaleza. p. 1-6.

_____. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas v.44, 105-118, Jan/Jun, 2003.

_____. **Sobre coisas ditas e não ditas**. Fortaleza: UFC, 2011.

_____; LIMA, S. M. C. L. **Referenciação**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013.

CERVONI, J. **A enunciação**. Tradução de L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.

CIULLA e SILVA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 207f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CUSTÓDIO-FILHO, V.; SILVA, F. O. O caráter não linear da recategorização referencial. In **Referenciação**: teoria e prática CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. São Paulo: Cortez, 2013, 256p, p. 59-85.

DASCAL, M. (Org.) **Pragmática**: problemas, críticas, perspectivas da linguística. Campinas: Editora da UNICAMP, 1982.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1990.

_____. **Diferença e repetição**. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: editora 34, 1992.

_____. **A imagem-tempo**. Tradução de Eloisa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DOSSE, F. Benveniste: a exceção francesa. In: DOSSE, F. **História do estruturalismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Bauru/SP: EDUSC, 2007, p. 63-76.

EBBINGHAUS, H. **Memory**: a contribution to experimental psychology. New York: Teachers College, Columbia University, 2005.

ECHEGOYEN, J. J. I. Em torno al sistema deíctico pronominal em latín y su passo a las lenguas románicas. **Revista Española de Linguística** v.4, p. 458-471, 1974.

EPSTEIN, I. **O signo**. São Paulo: Ática, 1986.

FILLMORE, C. **Lectures on deixis**. University of California: Berkeley, 1971.

FOLLESDAL, D. **Indexicals and the mind**. Synergies; Centre for Advanced Study. p. 102-105, 2003.

FONTANILLE, J. **Semiótica do Discurso**. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2012.

FREGE, G. Sobre o sentido e a referência In: **Lógica e filosofia da linguagem**. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: USP, 2009, 248p. p. 129-157.

FUCHS, A. Aspecto verbal e dêixis. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.15, 87-109, jul/dez, 1988.

GARY-PRIEUR, M-N; NOAILLY, M. Demonstrativos insólitos. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 229-249.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário In: GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HANKS, W. F. **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin. et al. Tradução de Ana Christina Bentes, Marco Antônio Rosa Machado, Marcos Rogério Cintra e Renato C. Rezende. São Paulo: Cortez, 2008.

HUSSERL, E. **Idéias para uma fenomenologia pura e uma filosofia fenomenológica**. 2: ed. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975.

JAMES, W. **The principles of psychology**. New York: Holt, Rinehard and Winston, 1990.

KLEIBER, G. Deictiques, Embrayeurs, 'Token-Reflexives', Symboles Indexicaux etc.: Comment les définir? Tradução de Mayalu Felix. **Revista Intersecções**, ano 6, n. 3, nov, p. 237-310, 2013.

KOTRE, J. **Luvas brancas**: como criamos a nós mesmos através da memória. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo: Mandarin, 1997.

LANGACKER, R. W. **A linguagem e sua estrutura**: alguns conceitos linguísticos fundamentais. Tradução de Gilda Maria Corrêa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1972.

LAHUD, M. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.

LEVINSON, S. C. **Pragmática**. Tradução de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIMA, G. O. S. **O rei do cangaço, o governador do sertão, o bandido ousado do sertão, o cangaceiro malvado**: processos referenciais na construção da memória discursiva sobre Lampião, Campinas, 2007, 304f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, 2008.

LYONS, J. **Semântica**. Tradução de Wanda Ramos. Lisboa: Ed. Presença, 1977.

_____. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. **Revista Letras**. Curitiba n. 56. p. 217-258, jul./dez, 2001.

MARINER, A. B. Contribución al estudio funcional de los pronombres latinos. **CONGRESO ESPAÑOL ESTUDIOS CLÁSICOS** 3, 1968, Lisboa. **Actas**, Lisboa, 1968. p. 131-143.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MOESCHLER, J. Temporal deixis in narratives. In: **INTERNATIONAL COLLOQUIUM ON DEIXIS**, 2.; 1996, Nancy. **Anais**, v.2 ´. 1-14. Nancy; CRIN, 1996.

MONDADA L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003, 250p. p.17-49.

_____. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, 344p. p.11-31.

MORRIS, C. W. **Fundamentos da teoria dos signos**. Tradução de Paulo Alcoforado e Milton José Pinto. São Paulo: Ed. USP, 1976.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Tradução de José Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PELBART, P. P. **O tempo não-reconciliado**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

RAJAGOPALAN, K. Sobre a especificidade da pesquisa no campo da pragmática. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 42, p. 89-97, jan./jun., 2002.

RAMOS, P. Além da imagem: estratégias de construção de objetos de discurso no gênero fotografia. In: **SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS**, 7., 2013, Fortaleza. Atas... Universidade Estadual do Ceará/Universidade Federal do Ceará, 2013. p. 213.

RECANATI, F. Are 'here' and 'now' indexicals? In: **Texte**, v.127, p. 115-127, 2001.

_____. Concepts perceptual: in defence of the model indexical In: **Synthese** v.1, p.1-18, 2013.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Perspectiva, 1975.

SANTOS, C.C.C.; LIMA, G. O. S. L. Ins(es)tabilidade e ancoragem categoriais: encapsulamento anafórico em memórias episódicas sobre lampião. **Intersecções**, v. 9, ano 6, p. 74-92, maio., 2013.

THERRIAULT, D. J., & RINCK, M. Multidimensional situation models. In F. Schmalhofer & C.A. Perfetti (Eds.), **Higher level language processes in the brain: inference and comprehension processes**. NJ: Erlbaum, 2007, p. 311-327.

TOMASELLO, M. **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano**. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TULVING, E. **Elements of episodic memory**. Oxford: Oxford University Press, 1983.

_____. Episodic memory and common sense: how far apart? **Phil. Trans. R. Soc. Lond**, v.356, p. 1505-1515, 2001.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Discurso e contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

_____.; KINTSCH, W. **Strategies of discourse comprehension**. Nova York: Academic Press, 1983.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

YANG, Y. A cognitive interpretation of discourse deixis. In: **Theory and Practice in Language Studies**, v.1,n.2, p. 128-135, 2011.

ZAMPONI, G. O determinante demonstrativo em sintagmas nominais. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v.41, 141-147, jul./dez., 2001.

